

Millennium AGRO NEWS

#23

Março 2025

Em análise

O trabalho na agricultura portuguesa

Opinião

Um compromisso
social na Beira Interior
David Carvalho
(CEO e Fundador da Veracruz)

A mão de obra agrícola
no Sudoeste Alentejano
Luis Mesquita Dias
(Presidente da Direção da AHSA)

Notícias

Já abriu o período de
Candidaturas do Pedido
Único das Ajudas 2025

Millennium bcp,
Banco Oficial da Ovibeja
Reforço do compromisso
na 41.ª edição



pág.

03

Editorial

Imprevisibilidades

pág.

05

Em análise

O trabalho na agricultura portuguesa

01.

População ativa e pessoal ao serviço por setor de atividade

02.

Produtividade aparente do trabalho

03.

Gastos por pessoal ao serviço

04.

Nível de instrução por setor

05.

A mão de obra no setor agrícola português

06.

Evolução da mão de obra agrícola na União Europeia

07.

Conclusão

pág.

26

Opinião

Um compromisso social na Beira Interior

David Carvalho
(CEO e Fundador da Veracruz)

A mão de obra agrícola no Sudoeste Alentejano

Luis Mesquita Dias
(Presidente da Direção da AHSA)

pág.

31

Notícias

Já abriu o período de Candidaturas do Pedido Único das Ajudas 2025

Millennium bcp, Banco Oficial da Ovibeja Reforço do compromisso na 41.ª edição

Imprevisibilidades...



O início de 2025 entrou desafiante e na expectativa da confirmação dos sinais genéricos do regresso norte-americano ao paradigma isolacionista que a campanha eleitoral das presidenciais nos EUA tinha anunciado.

A divulgação das primeiras macro medidas, no arranque do mandato presidencial de Donald Trump, confirmava totalmente esta nova opção estratégica, também nas medidas dirigidas à Europa e, em particular, à Ucrânia.

As exigências de reforço na despesa dos aliados no seio da NATO, bem como na imposição unilateral da paz à Ucrânia, com a secundarização do papel da Europa, revelavam a nova face política e militar desta ação que, paralelamente, no plano económico e comercial, avançava com o incremento nas tarifas alfandegárias.

A nova administração dos EUA impõe assim o maior desafio de sempre à parceria transatlântica, introduzindo um precedente de imprevisibilidade, tensão e turbulência que ameaça testar a solidez dos pilares construídos nos últimos 50 anos, albergando um potencial de desconfiança e de distanciamento entre aliados.

O sobressalto em curso é um desafio sem precedentes, do qual ninguém consegue verdadeiramente antecipar conclusões! É, por isso, todo um novo paradigma com notícias diárias de evolução, para a institucionalização duma nova ordem política e económica à escala global.

Quando tudo parecia indicar que o Mundo, em geral, precisava de mais multilateralismo e não de protecionismo, de mais comércio e não de entraves ou barreiras comerciais, avança o imprevisível.

A premência europeia em forjar novas parcerias e adotar novas soluções, confirmam o realismo de muitas das conclusões do recente relatório do ex-primeiro ministro italiano, Mário Draghi, sobre o futuro da competitividade europeia, para uma nova política económica e industrial que coloque a Europa a recuperar da desvantagem competitiva perdida para a China e os EUA.

Neste curto espaço de tempo, a Alemanha teve oportunidade de realizar as suas eleições legislativas e de promover uma nova solução governativa, com amplo apoio parlamentar, garantindo a viabilização dum programa estável em coligação. O grande motor económico da Europa, tem agora condições para reeditar o diálogo com a presidência francesa de Emmanuel Macron e reassumir o seu papel na União Europeia (UE).

Em Portugal, contamos com um inverno anormalmente bem chuvoso, mas surpreendentemente, a situação política degradou-se e a realização de eleições voltou novamente à agenda, sem que a perspetiva de reforço da estabilidade política seja nítida.

Durante os próximos 12 meses, voltamos ao ciclo de eleições sucessivas, com regionais na Madeira, legislativas, autárquicas e presidenciais no

horizonte. Agravaram-se as tensões e a incerteza. Tudo isto, enquanto o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) avança para a sua fase decisiva, carecendo de monitorização política, para aproveitamento dos recursos, com eventuais reprogramações de ajustamento e concretizações com segura navegação.

Neste contexto geopolítico, no dia 26 de fevereiro, a Comissão Europeia retomou a iniciativa e anunciou um conjunto significativo de propostas, designado por “Omnibus”, com o objetivo de simplificar os regulamentos associados à agenda de sustentabilidade (relatórios e taxonomia) e do investimento, procurando a simplificação, em prol da competitividade e do desenvolvimento sustentável.

Este “Omnibus” tem ainda de se sujeitar à avaliação do Parlamento e do Conselho Europeu, mas transporta uma intenção geral, já aplaudida, de não colocar em causa as metas do Pacto Ecológico Europeu, mas priorizando a redução dos constrangimentos legais e burocráticos já consensuais.

Desejam-se alterações significativas na aplicação, nos prazos e noutras obrigações de conformidade associadas à Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativo, à Diretiva de *Due Dilligence* de Sustentabilidade Corporativa e à Taxonomia da União Europeia.

Em paralelo a este importante pacote legislativo, a Comissão Europeia lançou o Acordo para a Indústria Limpa, procurando

acelerar a aceitação de energias renováveis, especialmente em setores de elevada intensidade energética, apresentando também um conjunto de outras medidas para fomentar a sustentabilidade, a descarbonização e a transição energética.

Prevê assim, entre outras, duas importantes propostas: (i) a mobilização de 100 mil milhões de euros para apoios de curto prazo, além da criação de um “Banco para a Descarbonização Industrial”, que contará com uma dotação do mesmo montante (permitindo uma alavancagem que poderá chegar aos 400 mil milhões) e (ii) o alívio nas restrições à concessão de auxílios estatais para projetos de energia limpa.

Esta edição é dedicada ao trabalho na agricultura portuguesa, dando visibilidade a este importante fator de produção que nos últimos tempos tem sido notícia, nem sempre pelas razões mais nobres. As conclusões do estudo que solicitámos à AGRO.GES, apesar da reconhecida informalidade que até podia condicionar os resultados, são reveladoras, por exemplo, quanto aos salários, a distribuição geográfica, a formação ou a produtividade.

Resulta, também daqui a evidência de que a introdução de novas variáveis, designadamente as relacionadas com as prioridades europeias para a sustentabilidade, exigem a incorporação de mais conhecimento e ciência, mas também sublinham a necessidade de dinâmicas de renovação e sucessão geracional que os vários quadros comunitários não foram (ainda) capazes de resolver.

Para aclarar melhor as diferenças regionais que se anteviam, pedimos a um empresário, David Carvalho (CEO e fundador da Veracruz) e a um dirigente associativo, Luís Mesquita Dias (presidente da Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur), que nos expusessem as realidades que bem conhecem, respetivamente da Cova da Beira e do Sudoeste Alentejano.

Quase a terminar, fica uma nota importante para o arranque do Pedido Único de Ajudas (PU-2025) que decorrerá até meados de maio, sem penalização, e que consiste no pedido de pagamento direto das Ajudas (através do IFAP) que integram os regimes previstos na regulamentação comunitária.

No Millennium bcp, dispomos de um simulador onde pode calcular os seus recebimentos, bastando para tal contatar o seu gestor comercial e a nossa equipa de agronegócio. A proposta que fazemos para antecipar o pagamento das Ajudas pode ser um apoio importante para a tesouraria das empresas.

Contem connosco!

João Nuno Palma

Vice-presidente da Comissão Executiva



EM ANÁLISE

Pela informalidade existente, a mão de obra ao serviço da agricultura em Portugal é uma matéria de difícil apuramento, sendo raro encontrar um quadro completo de indicadores que permitam uma avaliação integrada e comparável. Por isso, com o objetivo de fornecer aos empresários e investidores informação mais concreta e fiável sobre o ponto da situação, procurando ainda retratar o respetivo nível estimado de risco, solicitámos à AGRO.GES a elaboração de um exame, tão completo quanto possível, sobre esta matéria.

AGROGES

Principais destaques

O emprego no setor agrícola 2023

Atividades económicas com maior número de pessoal ao serviço

- Indústrias transformadoras
- Comércio por grosso e a retalho
- Reparação de veículos automóveis e motociclos

Pessoal ao serviço em Portugal

4.738.341

representando 45% da população residente em Portugal.

Setor que apresentam um maior valor de produtividade

388.378 euros

Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

Dados de 2019

288

mil explorações

274.248

explorações dirigidas por produtores singulares (95%)

14.604

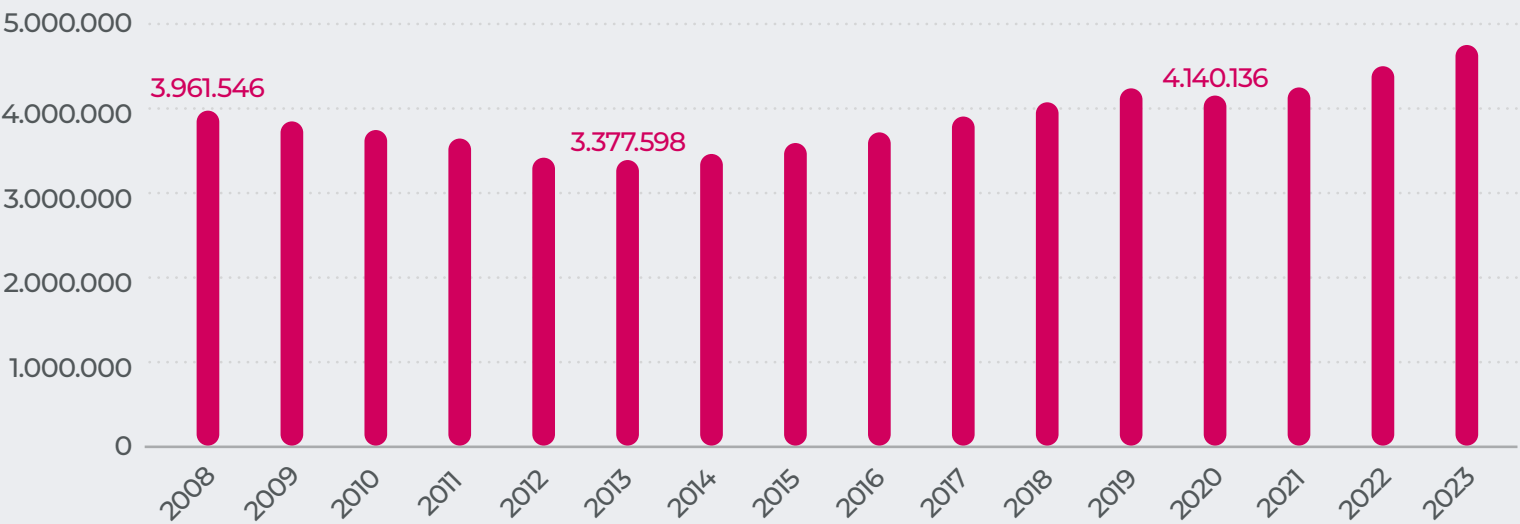
administradas por dirigentes (5%)

01. População ativa e pessoal ao serviço por setor de atividade

A análise feita nesta apresentação tem como objetivo caracterizar o emprego no setor agrícola, a sua comparação setorial, regional e comunitária e a sua evolução ao longo do tempo.

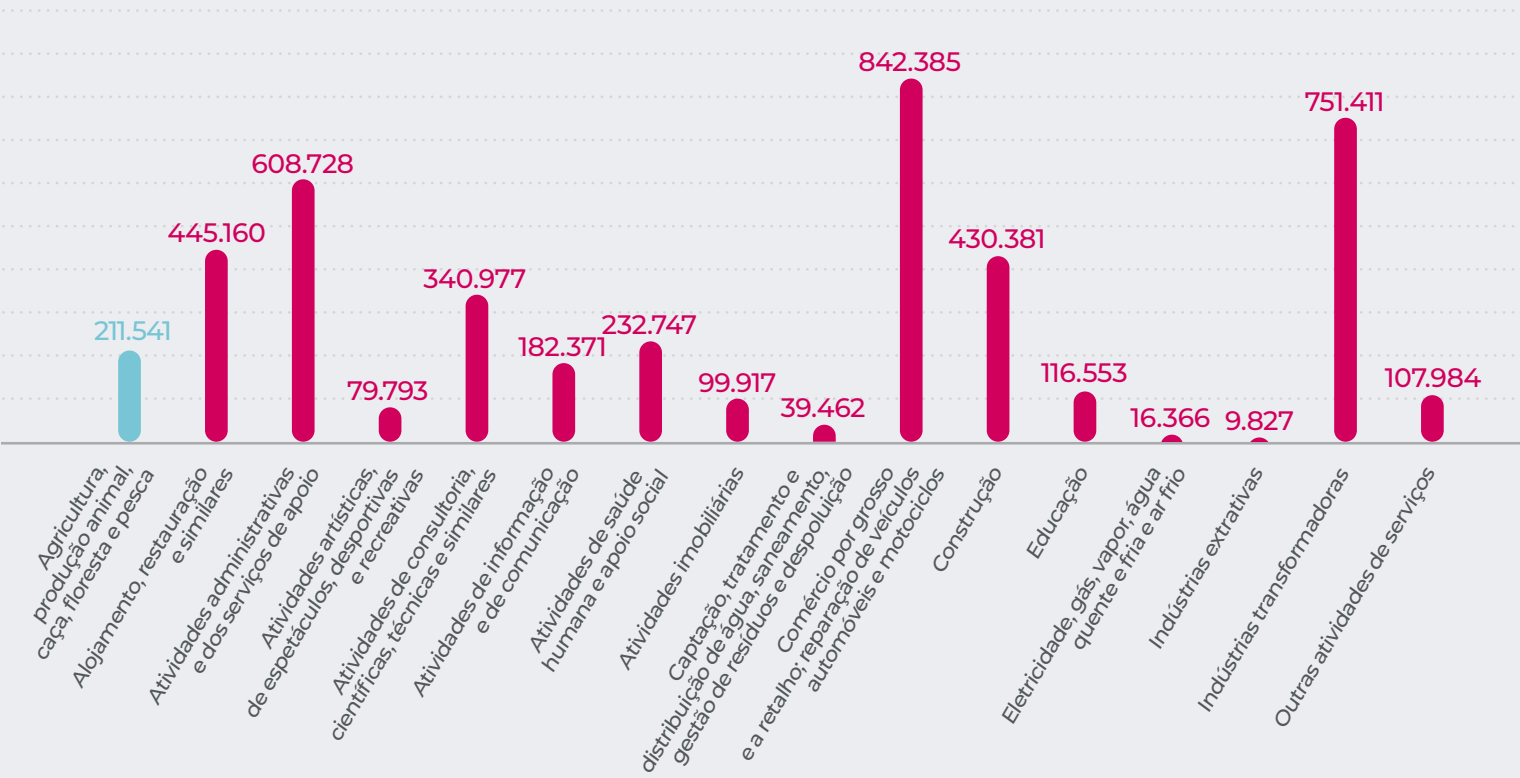
Segundo os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), baseados nas estatísticas sectoriais das contas nacionais, entre 2008 e 2023, o número total de pessoas ao serviço em Portugal tem vindo a crescer desde 2013, representando um crescimento de 40,3% em 10 anos, apesar de se ter verificado uma ligeira redução em 2020. Em 2023, o número total de pessoal ao serviço foi de 4.738.341, representando 45% da população residente em Portugal.

Evolução do pessoal ao serviço em Portugal entre 2008 e 2023 (€)



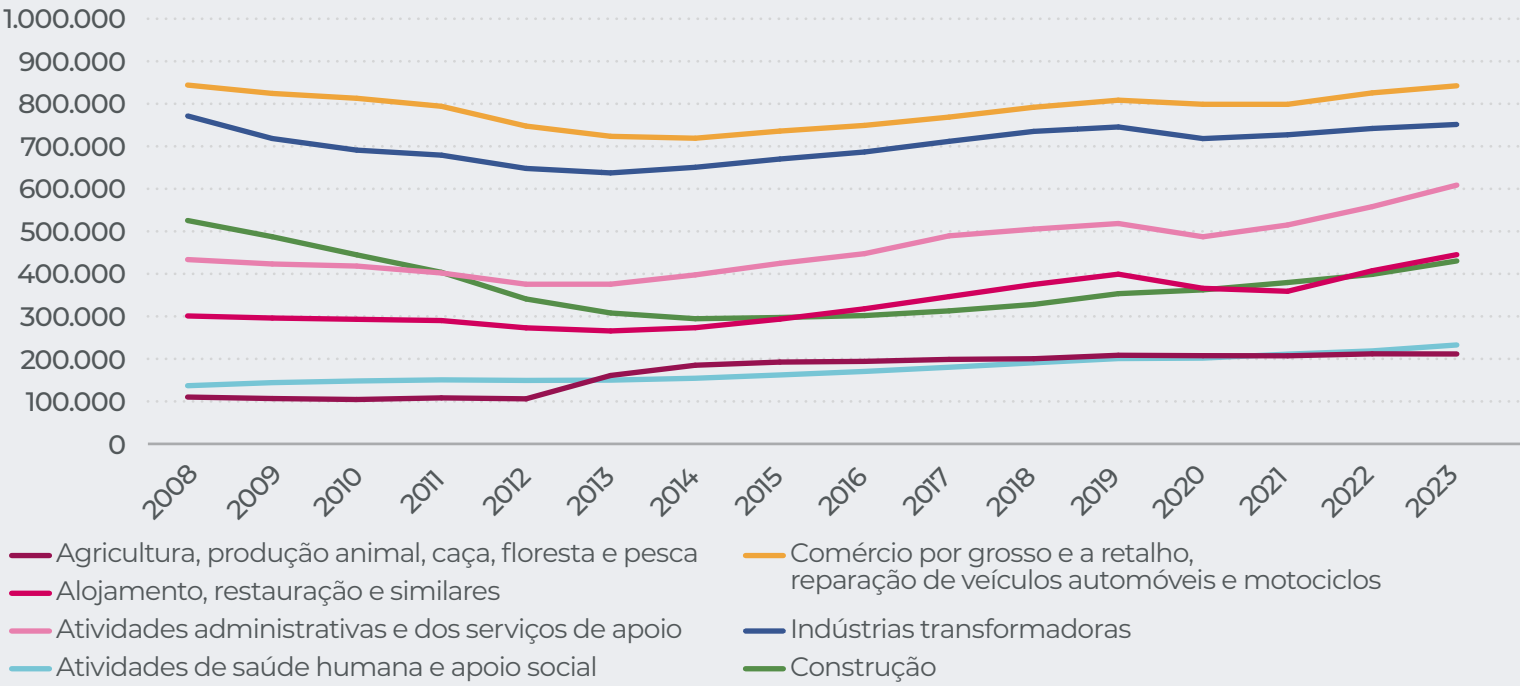
O gráfico seguinte, que analisa o pessoal ao serviço em 2023, mostra que as atividades económicas com maior número de trabalhadores são o comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, seguido das indústrias transformadoras, das atividades administrativas, alojamentos e restauração, da construção e da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. Neste último caso, em 2023, existiam 211.541 pessoas ao serviço, representando 4,46% do número total de pessoas ao serviço.

Pessoal ao serviço em Portugal por atividade económica – 2023 (n.º)



Entre 2008 e 2023, é de salientar, por um lado, o grande crescimento das atividades administrativas e dos serviços de apoio, assim como do alojamento, restauração e similares e, por outro, a variação da construção, do comércio e das indústrias transformadoras em função dos ciclos de atividade económica. As atividades de saúde humana e apoio social, registam um crescimento linear contínuo ao longo do período em análise. Relativamente à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, existe um aumento significativo, entre 2012 e 2014, no que se refere ao número de pessoas ao serviço, tendo aumentado de 100 mil para 200 mil pessoas, mantendo-se depois o valor relativamente constante.

Evolução do pessoal ao serviço nas principais atividades económicas – 2008-2023 (n.º)

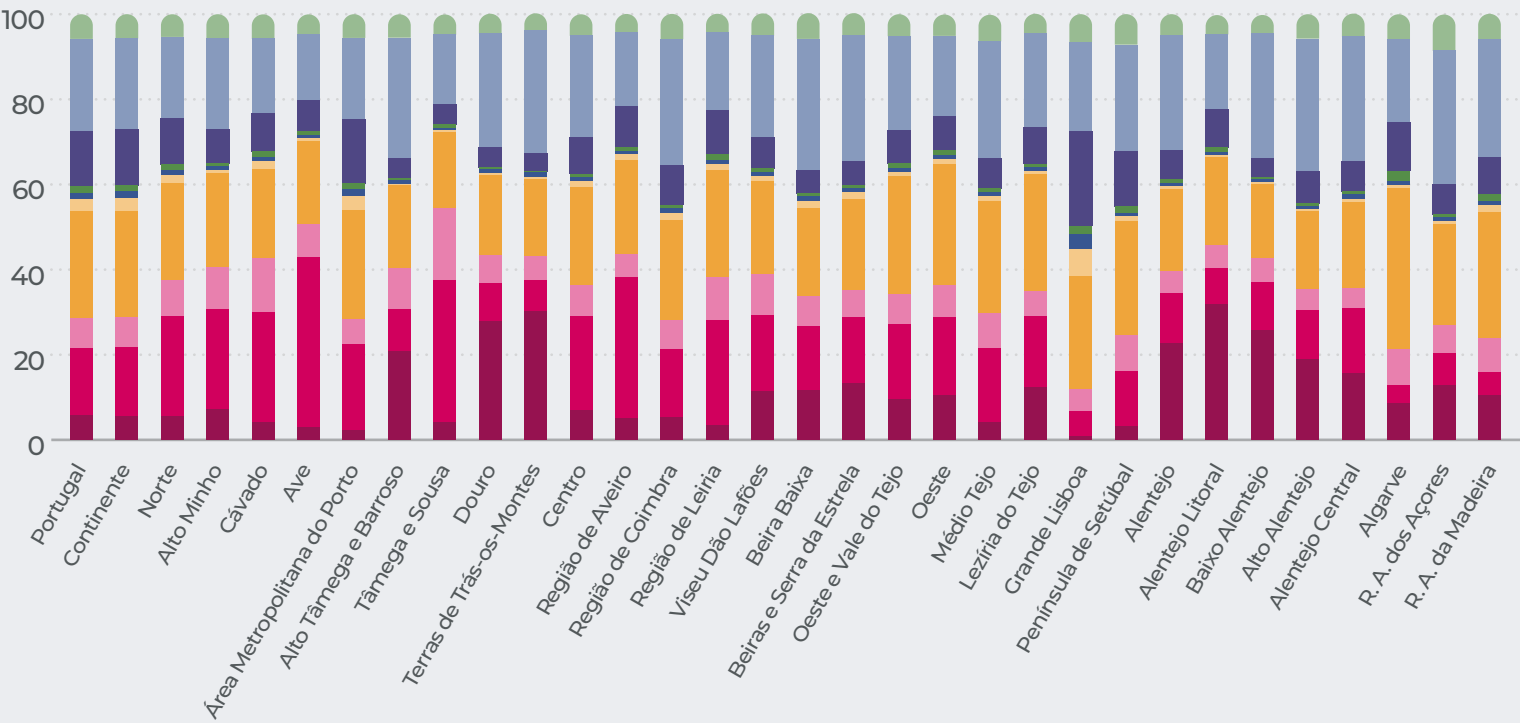




Em termos regionais, a distribuição do número de pessoas ao serviço por setores de atividade é bastante díspar, sobretudo entre as regiões urbanas e rurais.

No gráfico seguinte encontra-se a distribuição do número de pessoas por NUTS III e setores de atividade sendo de destacar as regiões em que o setor agrícola tem maior representatividade, Alto Tâmega e Barroso, Douro, Trás-os-Montes e as várias regiões do Alentejo, sendo que na região do Alentejo Litoral ultrapassa os 30%.

Emprego por NUT II e ramo de atividade em 2022 (%)

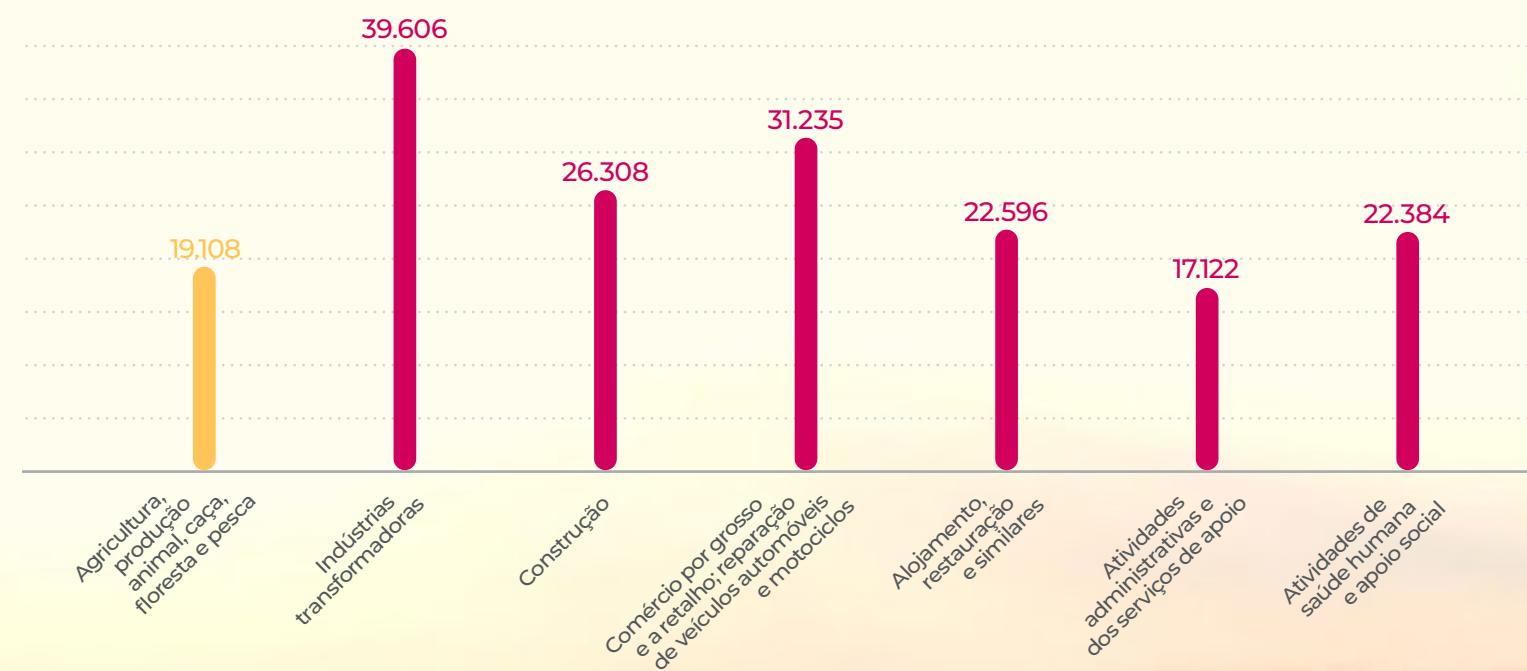


- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
- Construção
- Informação e comunicação
- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração
- Atividades financeiras e de seguros
- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio
- Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social
- Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços
- Atividades imobiliárias

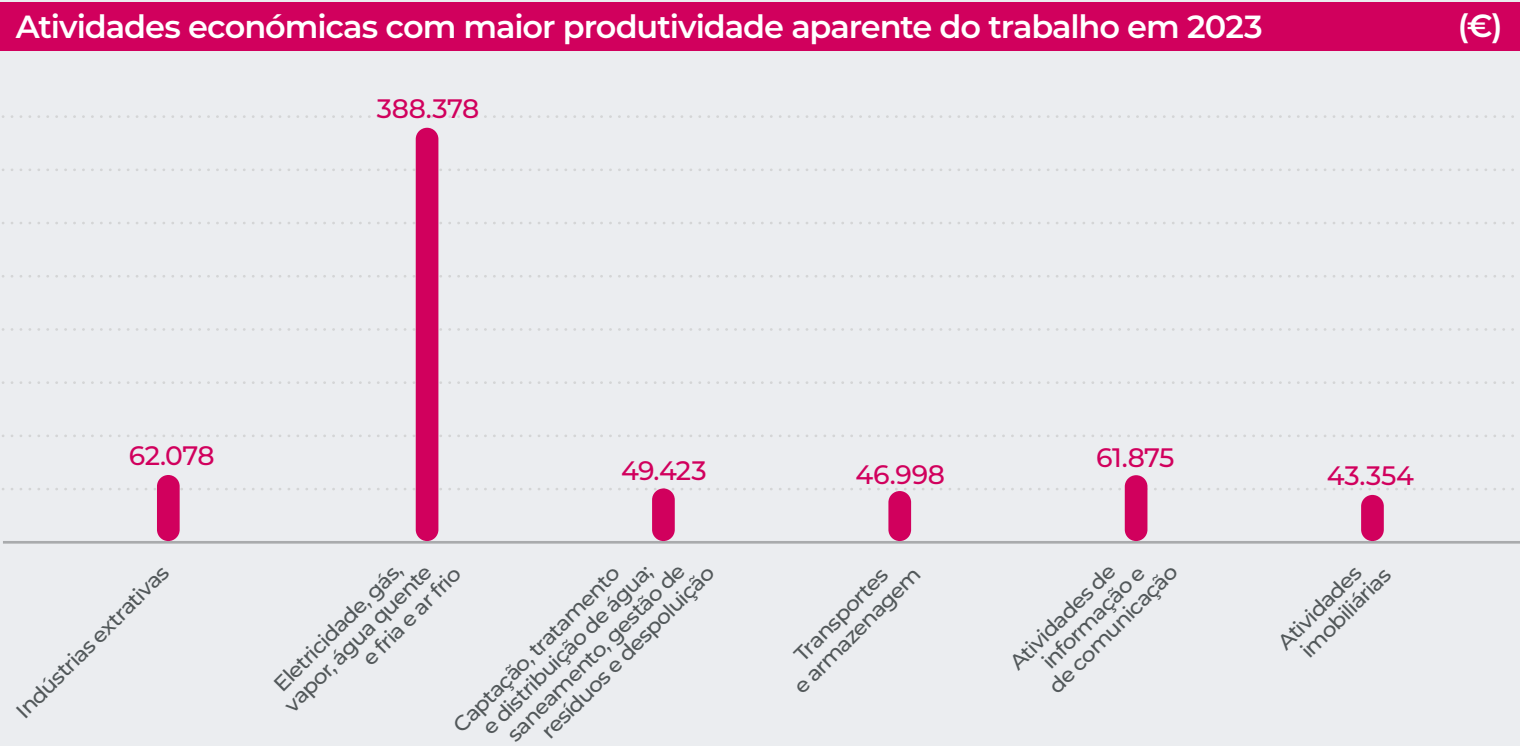
02. Produtividade aparente do trabalho

Dentro das mesmas atividades económicas analisadas anteriormente, aquela que apresenta uma maior produtividade aparente do trabalho, em 2023, é a das indústrias transformadoras, seguida do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas.

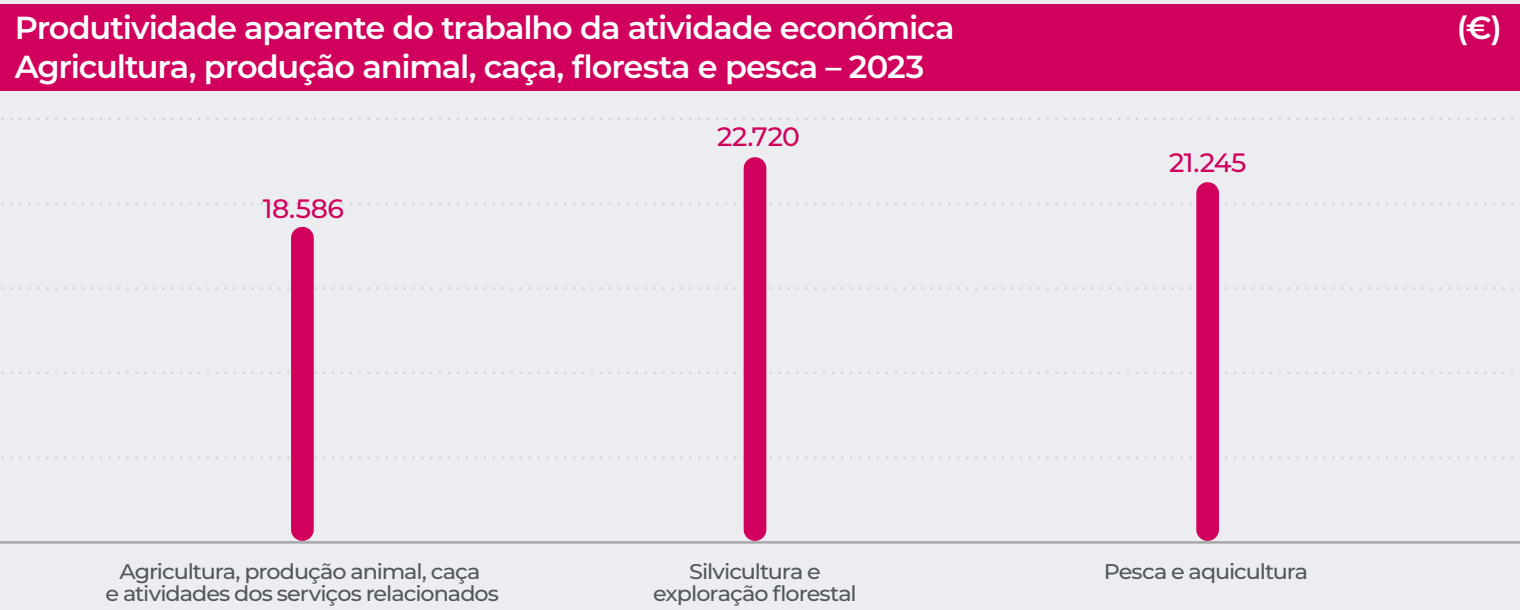
Produtividade aparente do trabalho em 2023 – Principais atividades económicas (€)



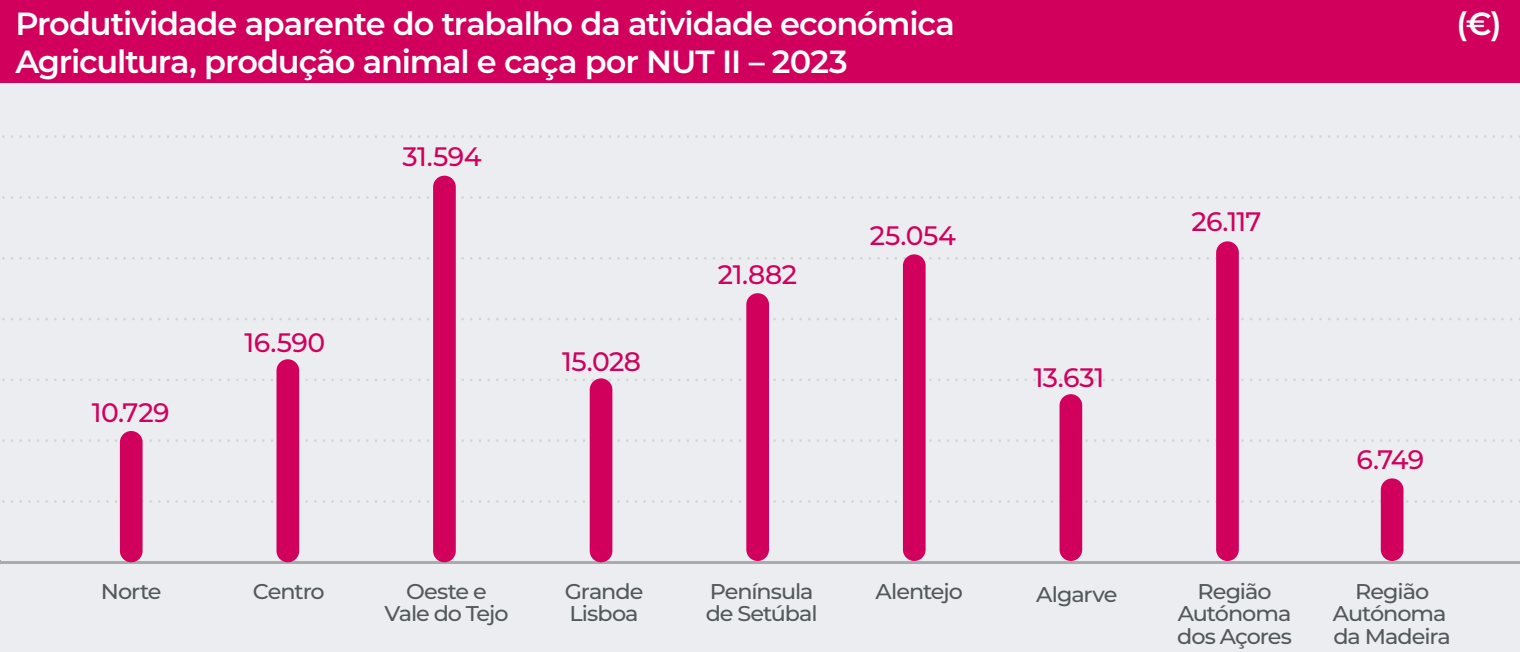
Os setores que apresentam um valor maior de produtividade aparente do trabalho não se encontram entre aqueles que têm um maior número de pessoal ao serviço. A atividade económica da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio é a que apresenta uma maior produtividade aparente do trabalho, com um valor de 388.378 euros.



A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca apresenta uma baixa produtividade aparente do trabalho, sendo 64,5% inferior à média das atividades económicas. Dentro deste setor, em 2023, a agricultura apresentou a menor produtividade dos três subsetores, com 18.586 euros, tendo, contudo, a maior representatividade em número de pessoas ao serviço.



Numa análise por regiões, detetam-se diferenças significativas na produtividade aparente do trabalho da agricultura, produção animal e caça. Destacam-se pela positiva as regiões do Oeste e Vale do Tejo, Região Autónoma dos Açores, Alentejo e Península de Setúbal, que se encontram acima da média nacional, e pela negativa, sobretudo, a Região Autónoma da Madeira com 6.749 euros e a Região do Norte com 10.729 euros de produtividade aparente por pessoa ao serviço.





03.

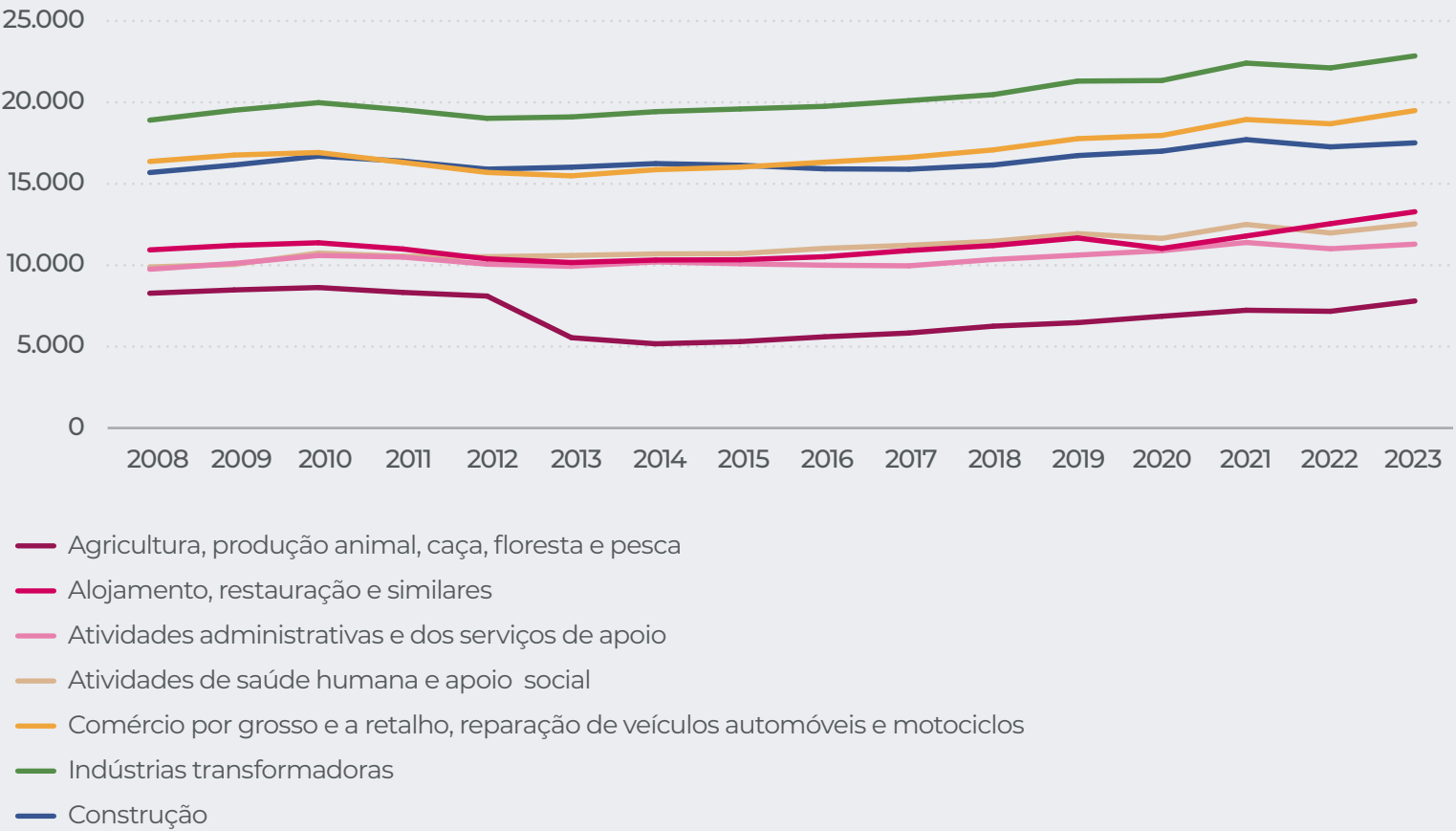
Gastos por pessoal ao serviço

O gráfico abaixo apresenta a evolução dos gastos médios por pessoa ao serviço por setor de atividade nos últimos 16 anos, em termos reais. Da sua análise, pode concluir-se que, à exceção do setor agrícola, produção animal, caça, floresta e pesca, manteve-se o custo médio por pessoa (provavelmente refletido no poder de compra do trabalhador) até 2014 e depois uma evolução positiva até 2023.

No caso do setor agrícola, produção animal, caça, floresta e pesca, houve uma quebra nos gastos reais por pessoa em 2013 que se manteve até 2016, tendo depois havido uma ligeira recuperação até 2023. Contudo, não existiu uma recuperação do valor em termos reais desde 2008.

É de salientar ainda que os gastos médios por pessoal ao serviço no setor agrícola são substancialmente inferiores aos restantes setores de atividade. Em 2023, o valor atingiu os 7.802 euros/pessoa, representando 34% do valor das indústrias transformadoras, 44,54% da construção civil, 58,7% do valor do alojamento e restauração, 62,24% do valor gasto na saúde humana e apoio social, 69% dos serviços administrativos e serviços de apoio, sendo, por isso, uma das razões da falta de mão de obra agrícola, para além da dureza das tarefas agrícolas.

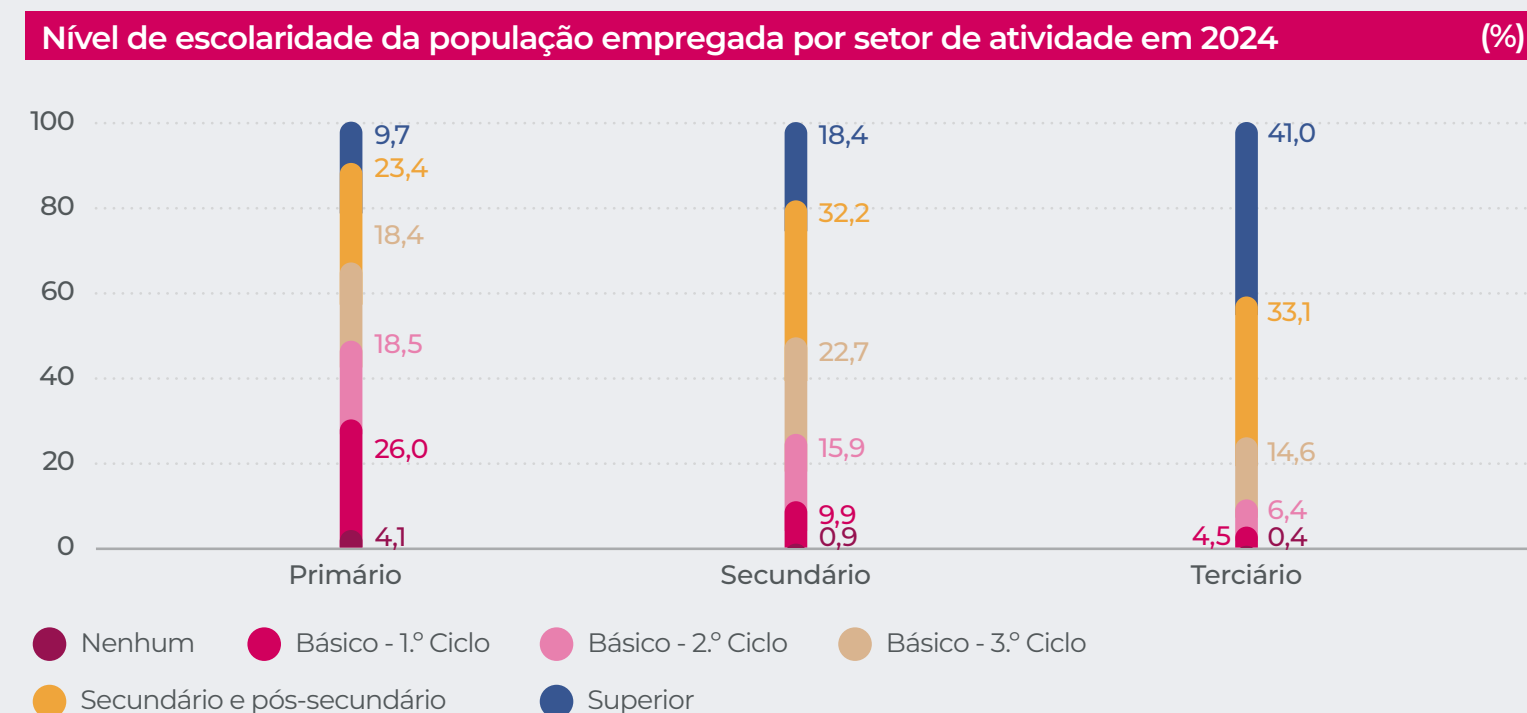
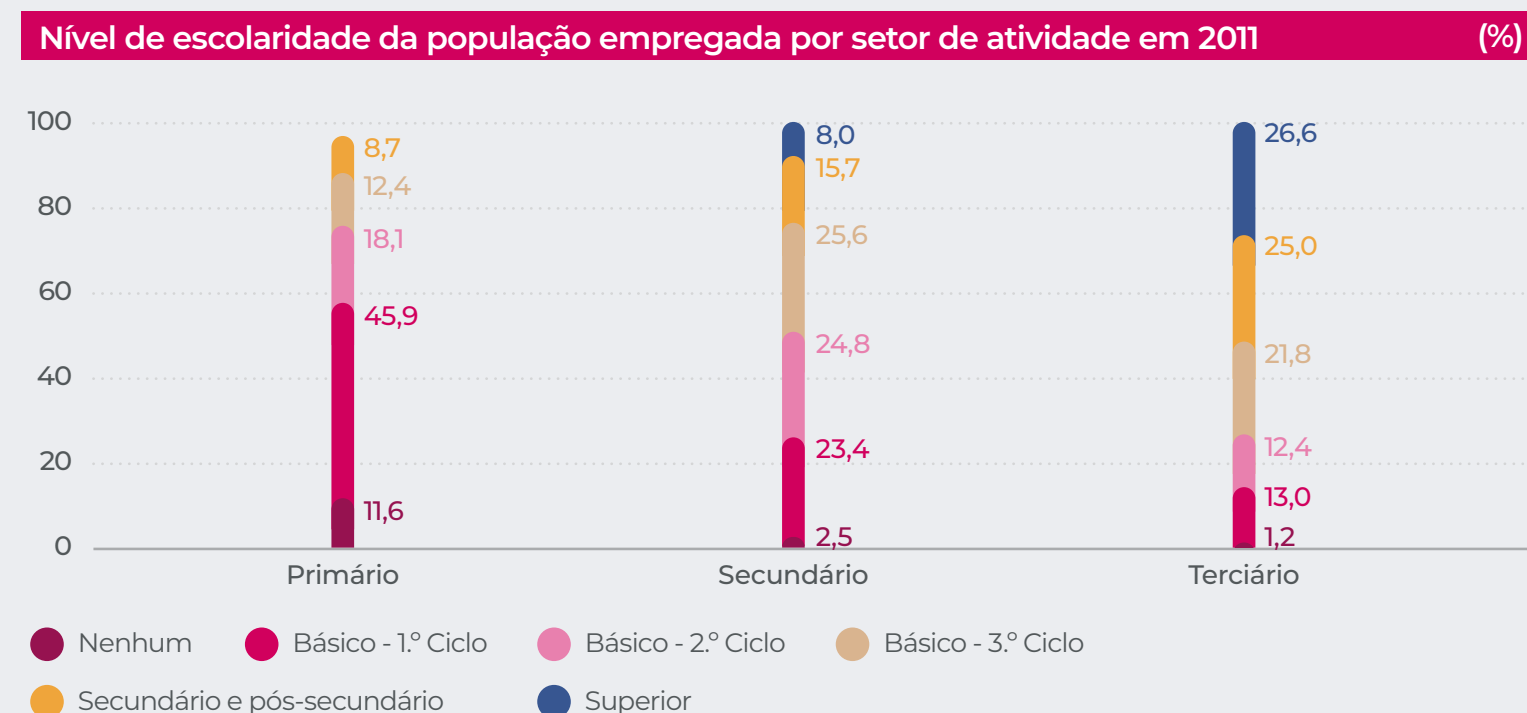
Gastos por pessoa nas principais atividades económicas (valores reais) – 2008-2023 (€)



04. Nível de instrução por setor

Neste capítulo, apresentamos o nível de escolaridade da população empregada por setor de atividade e a sua evolução nos últimos 15 anos.

Como mostram os gráficos abaixo, existe um aumento significativo de qualificação à medida que passamos do setor primário para o secundário e terciário e uma melhoria significativa na escolaridade em todos os setores. Não obstante esta melhoria, a qualificação existente na população empregada do setor primário em 2024 é ainda bastante insuficiente, pois apenas 9,7% do universo tem curso superior e 23,4% curso secundário e pós-secundário. Esta falta de escolaridade poderá ser um obstáculo à evolução tecnológica que o setor precisa, sobretudo nas regiões onde esta evolução não ocorreu da mesma forma.



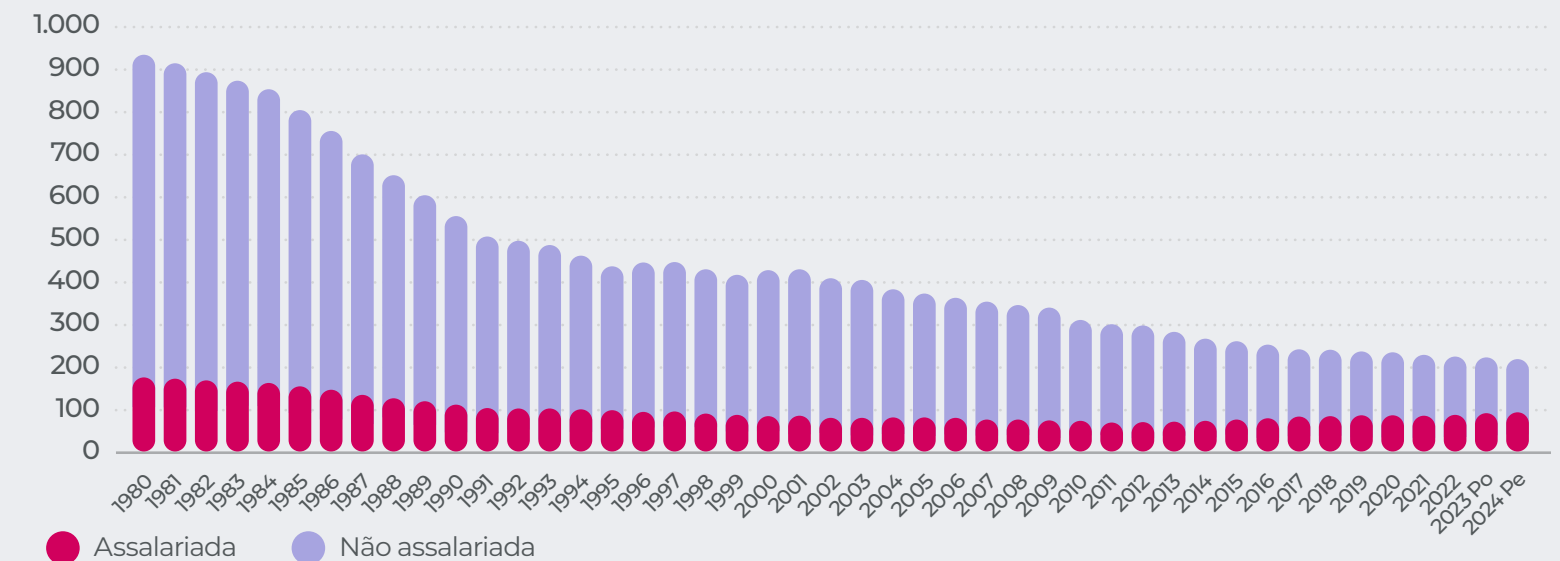
05.

A mão de obra no setor agrícola português

Tendo em conta a existência das Contas Económicas da Agricultura do INE, assim como do RGA de 2019 (INE), cuja informação é mais específica e granular do que a setorial das Contas Nacionais (INE), iremos agora servir-nos dessa base estatística para poder detalhar a informação do setor agrícola.

Volume de mão de obra agrícola

(1000 UTAS)



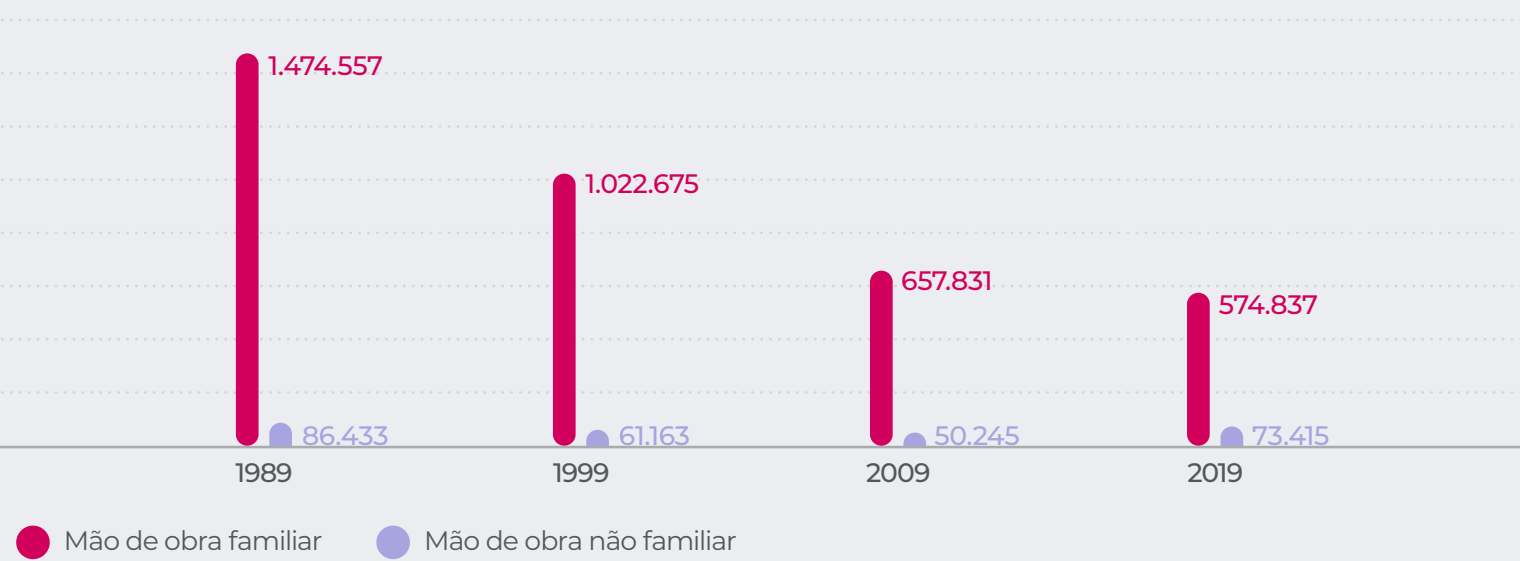
Segundo as Contas Económicas da Agricultura, a mão de obra agrícola, medida em UTA (Unidade de Trabalho Ano, que equivale a 240 dias de trabalho e 8 horas por dia, correspondendo a 1.920 horas), era, em 2024, de 217 mil pessoas, das quais 92 mil pessoas não assalariadas (familiares) e 125 mil assalariadas.

Desde 1980, a redução da mão de obra agrícola foi muito significativa, como se pode verificar no gráfico anterior, tendo havido uma redução de 71% desde a entrada de Portugal na União Europeia (1986), o que significa um decréscimo médio anual de 3,2% ano. Desde essa data, a redução, ocorreu mais substancialmente na componente da agricultura familiar, que representava 81% da mão de obra total, e representa, em 2024, apenas 56%. A mão de obra assalariada diminuiu desde 1986, de 145 mil para 95 mil assalariados.

Embora o número de UTA seja o determinado acima, o número de pessoas envolvidas na atividade agrícola é muito superior, quer seja em termos da mão de obra familiar não assalariada, quer assalariada, pois grande parte da mão de obra agrícola não se ocupa desta atividade a tempo inteiro.

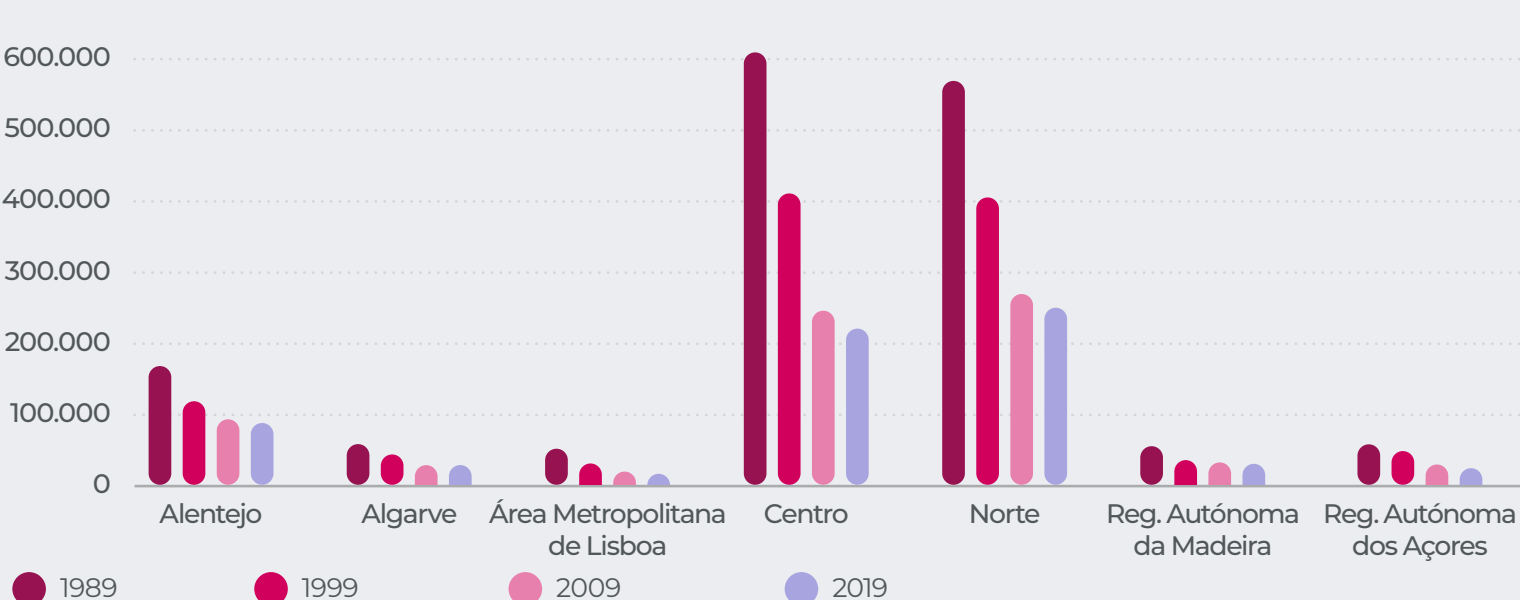
De acordo com os últimos quatro RGA, a evolução do número de pessoas envolvidas no trabalho agrícola tem caído ao longo dos últimos 30 anos, conforme se pode ver no gráfico seguinte, sendo que, no total do período, houve uma quebra de 58,5%. Em 2019, segundo o recenseamento agrícola, existiam cerca de 574 mil membros da família envolvidos na agricultura e 73,4 mil assalariados, quer a tempo inteiro, quer em *part-time*.

Evolução do número de pessoas envolvidas na atividade agrícola por tipo de mão de obra em Portugal (n.º)



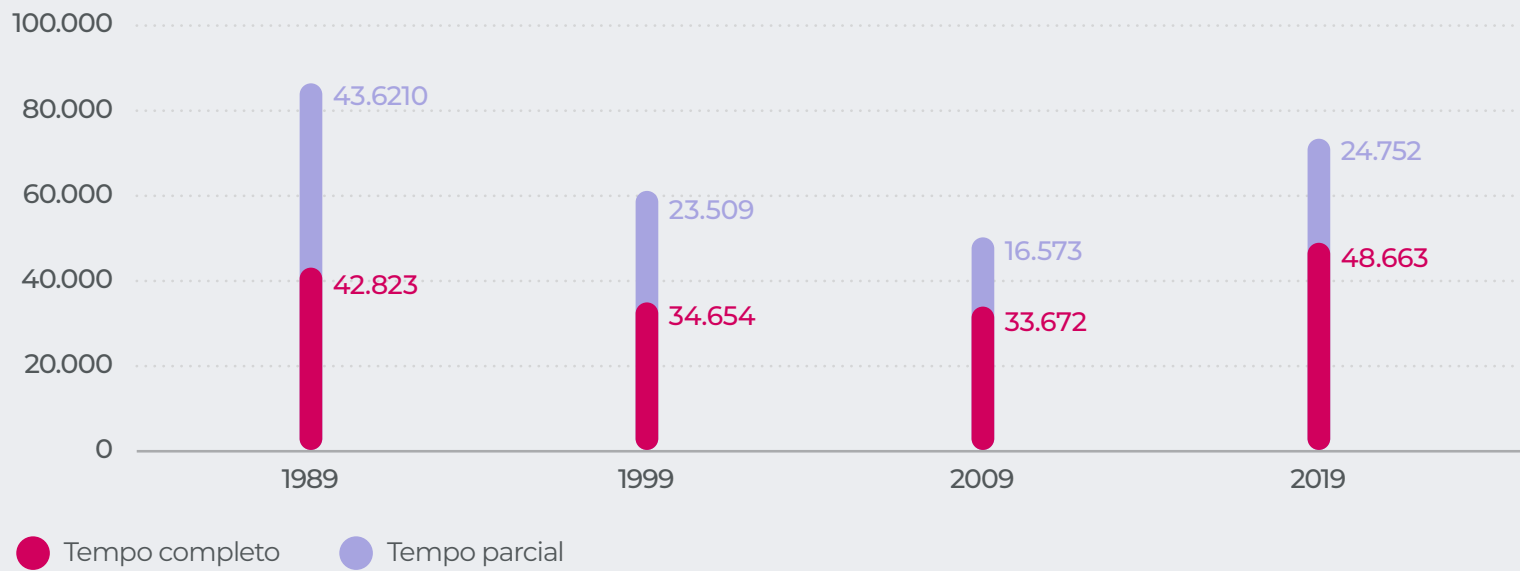
Naturalmente, a distribuição da mão de obra não é igual em todas as regiões, sendo muito mais expressiva nas regiões Norte e Centro, onde em 2019 representavam 38,4% e 33,9% das pessoas, respetivamente.

Mão de obra envolvida na agricultura por região (n.º de pessoas)



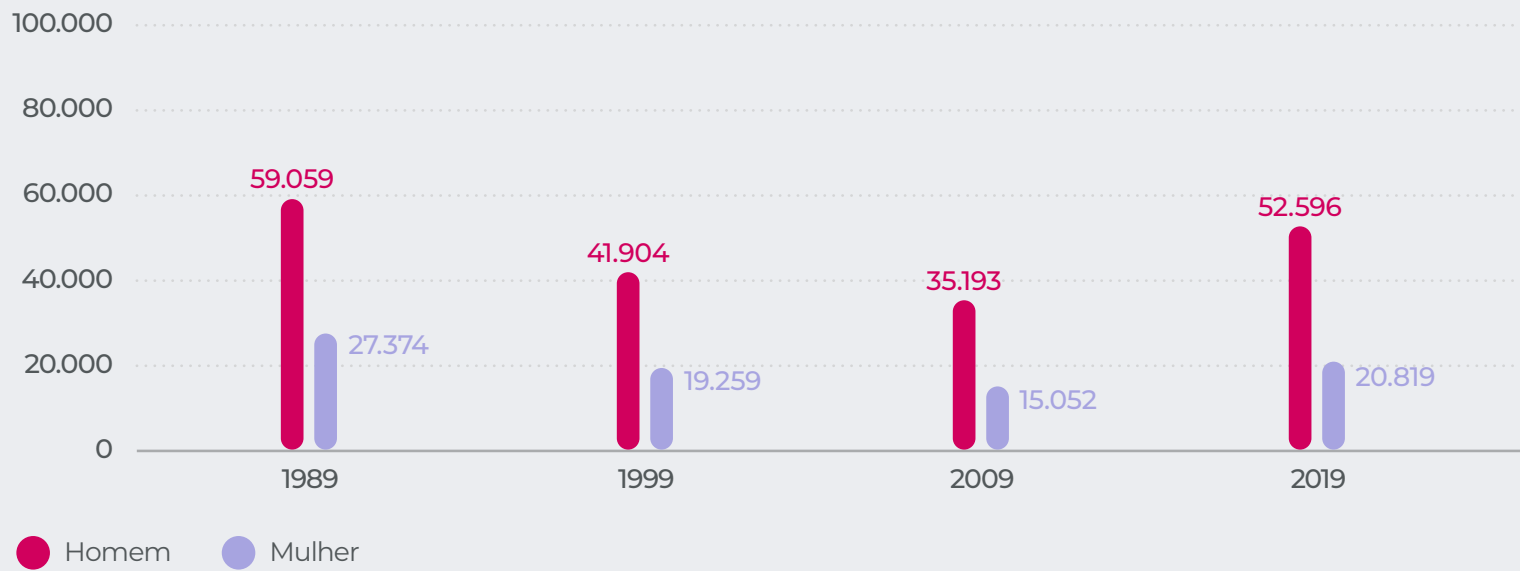
Relativamente à mão de obra agrícola não familiar, verifica-se que em 2019 existiu um aumento significativo do número de pessoas, cerca de 23 mil (46%), passando de 50 mil pessoas, em 2009, para 73 mil, em 2019, havendo uma proporção de cerca de dois terços a tempo completo.

Mão de obra agrícola não familiar permanente por regime de duração do contrato (n.º)



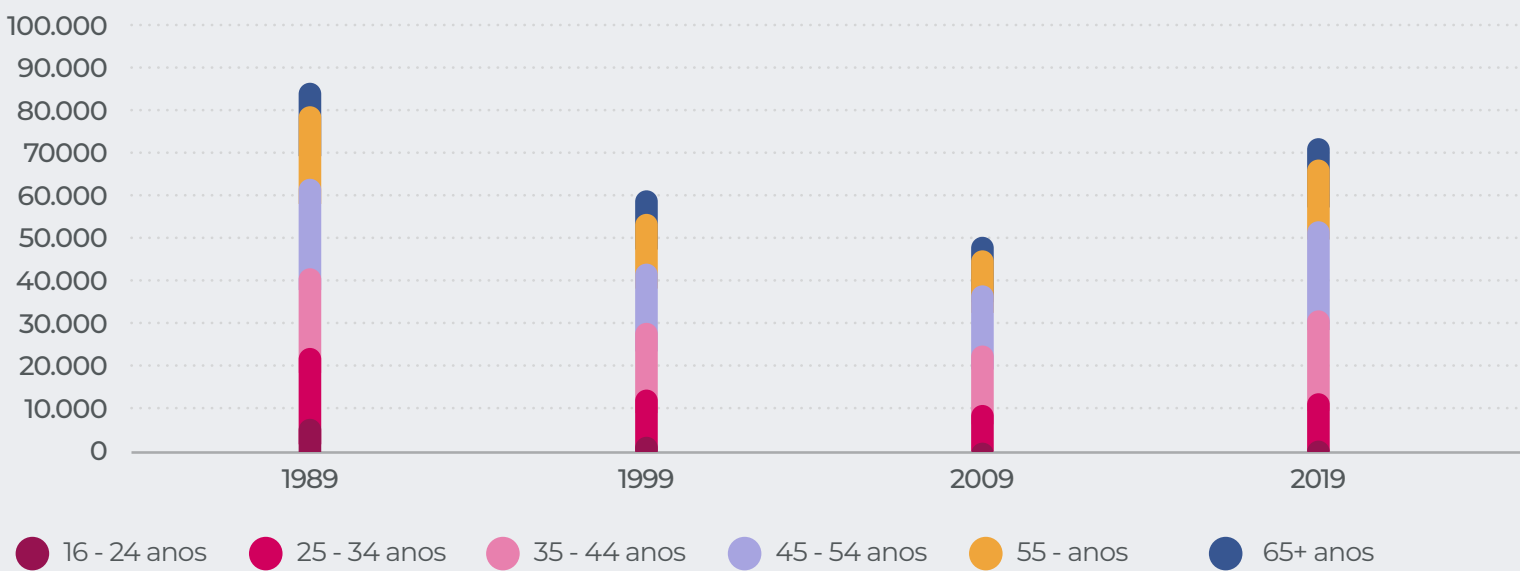
Em qualquer dos RGA, a proporção dos homens era bastante superior à das mulheres, pois representou entre 68% e 71%.

Mão de obra agrícola não familiar permanente por género (n.º)

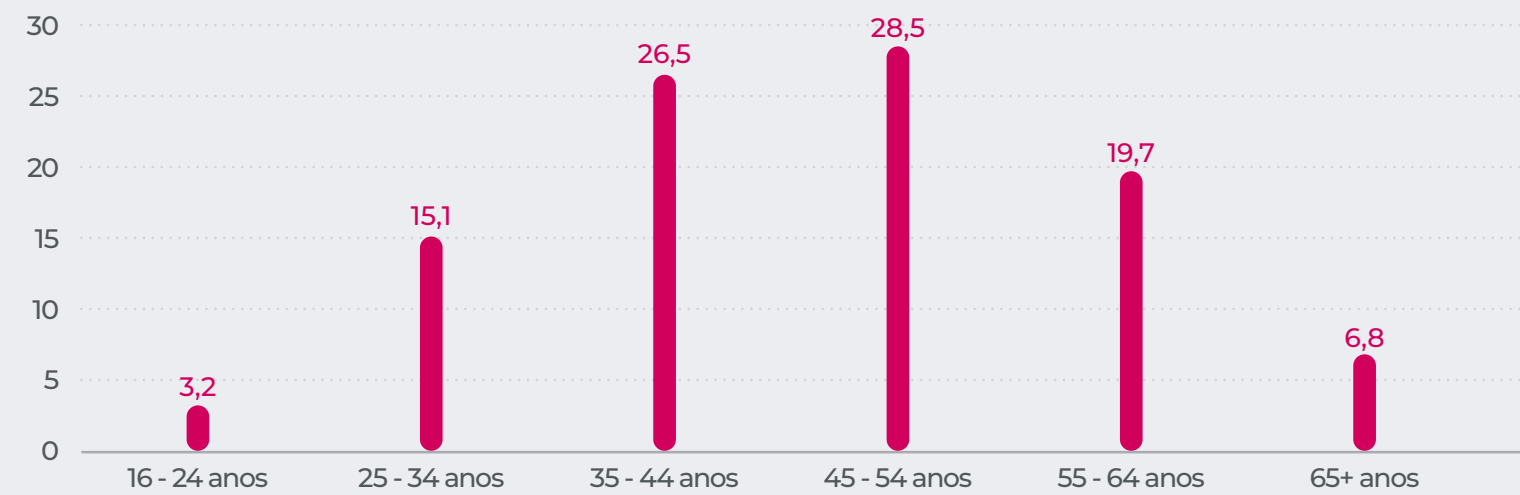


A classe etária da mão de obra agrícola não familiar não evoluiu ao longo do tempo, mantendo-se estruturalmente muito semelhante. Como se pode observar no gráfico mais abaixo, cerca de 70,1% da mão de obra está entre os 25 e os 54 anos.

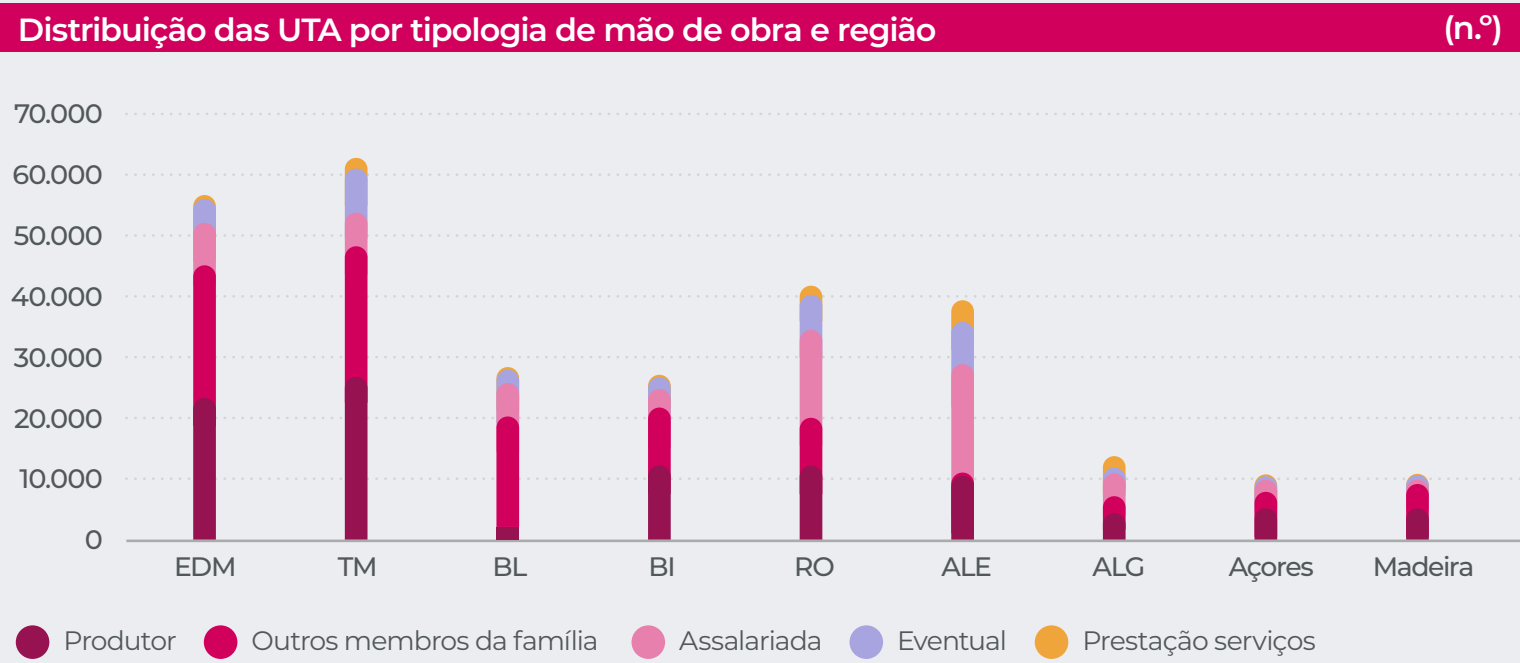
Mão de obra agrícola não familiar permanente por classes de idade (n.º)



Distribuição da mão de obra agrícola não familiar por classes de idade (%)

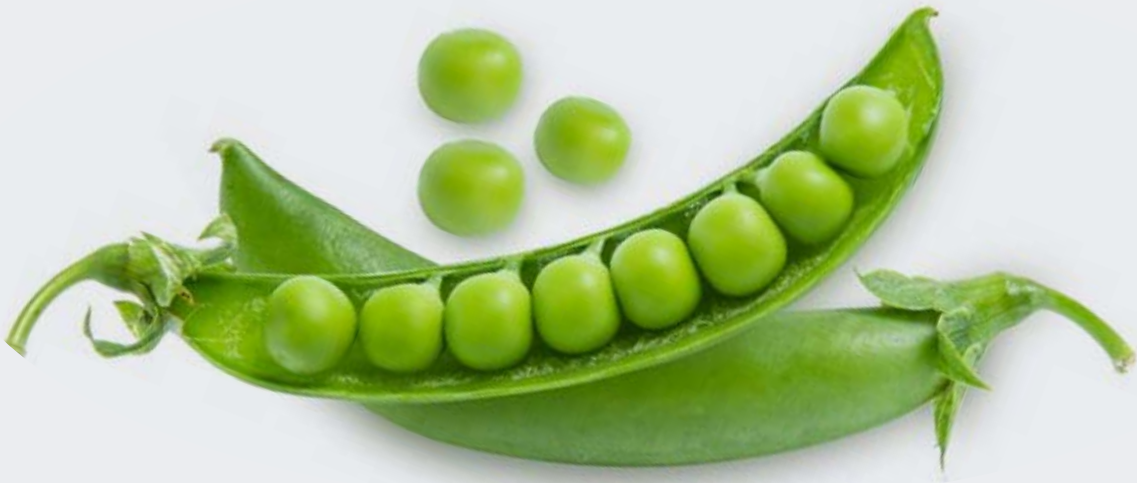


A distribuição relativa à quantificação da mão de obra em função do tempo utilizado em horas na agricultura (UTA) e por tipologia de mão de obra familiar, do produtor e de outros membros da família, assalariada permanente, assalariada eventual e prestação de serviços e por região apresenta-se da seguinte forma:

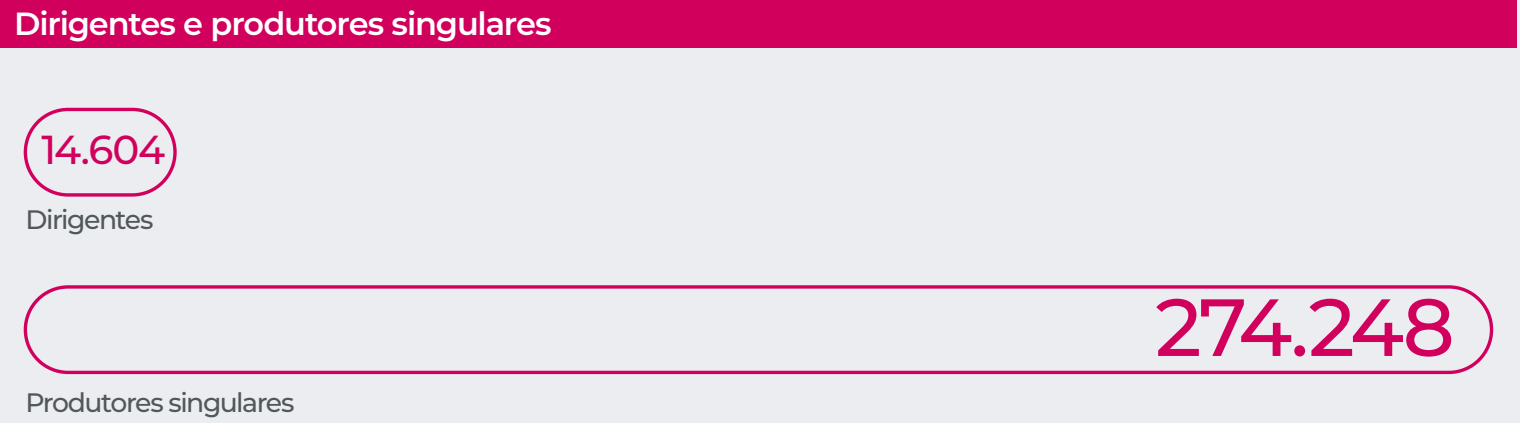


A análise desta informação permite-nos concluir a importância da agricultura familiar nas regiões do EDM, TM, BL, BI, Madeira e Açores com uma representatividade superior a 74%, assim como a grande dependência da mão de obra assalariada nas regiões do ALE, RO e ALG, com maior preponderância na região do Alentejo, onde esta mão de obra e a prestação de serviços representam 68% da mão de obra total.

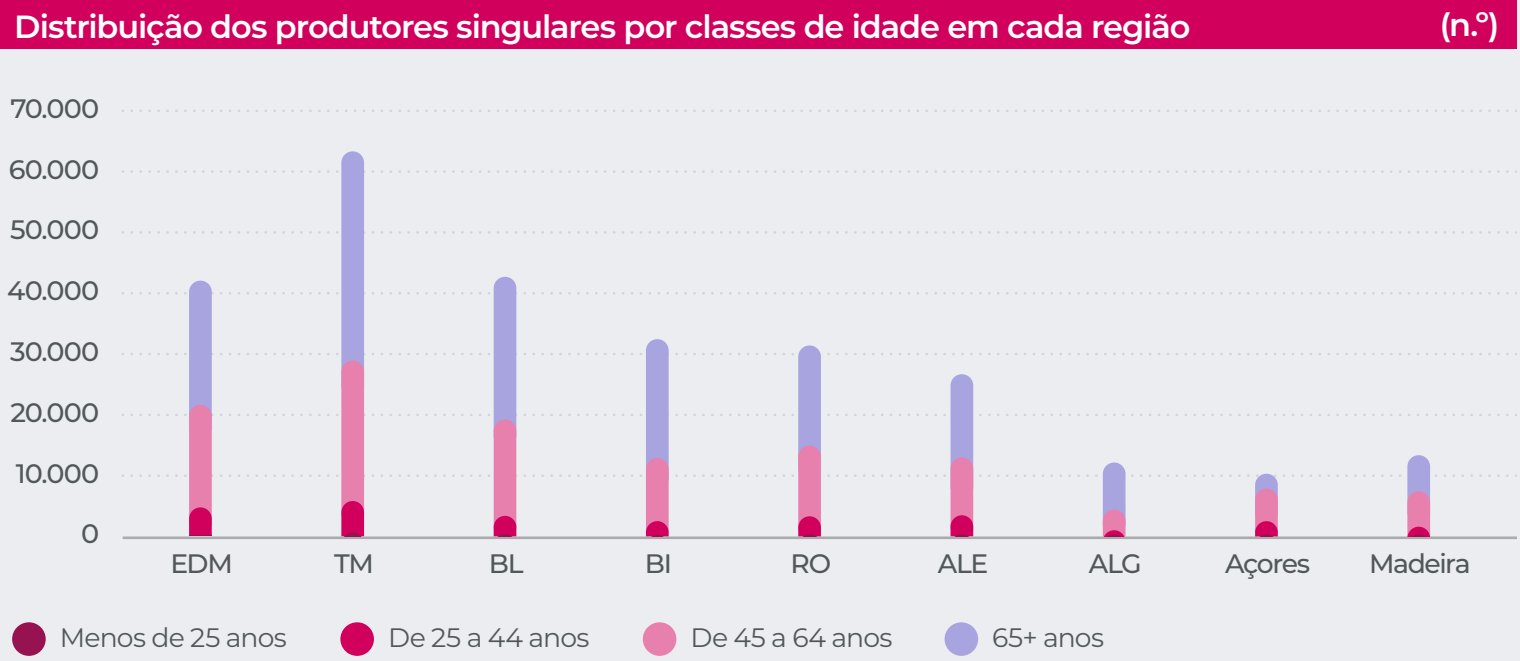
Um dos temas relevantes da atividade agrícola tem que ver com a capacidade de gestão, quer seja pela formação dos seus gestores, quer pela idade e, como tal, a capacidade de perpetuar a sua atividade.



Segundo o RGA de 2019, das 288 mil explorações, cerca de 95% eram dirigidas por produtores singulares (274.248 explorações) e 5% por dirigentes (14.604).

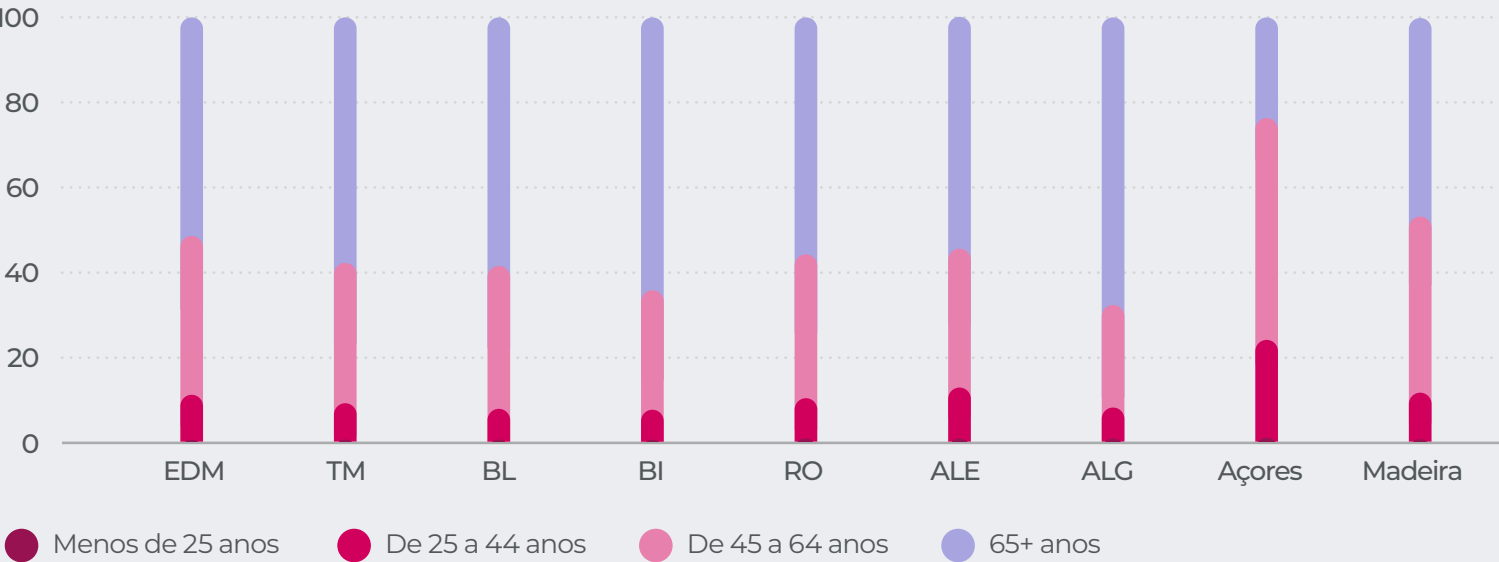


A distribuição, quer dos produtores singulares, quer dos dirigentes, é muito diversa por região e, por isso, será importante fazer de seguida essa análise.



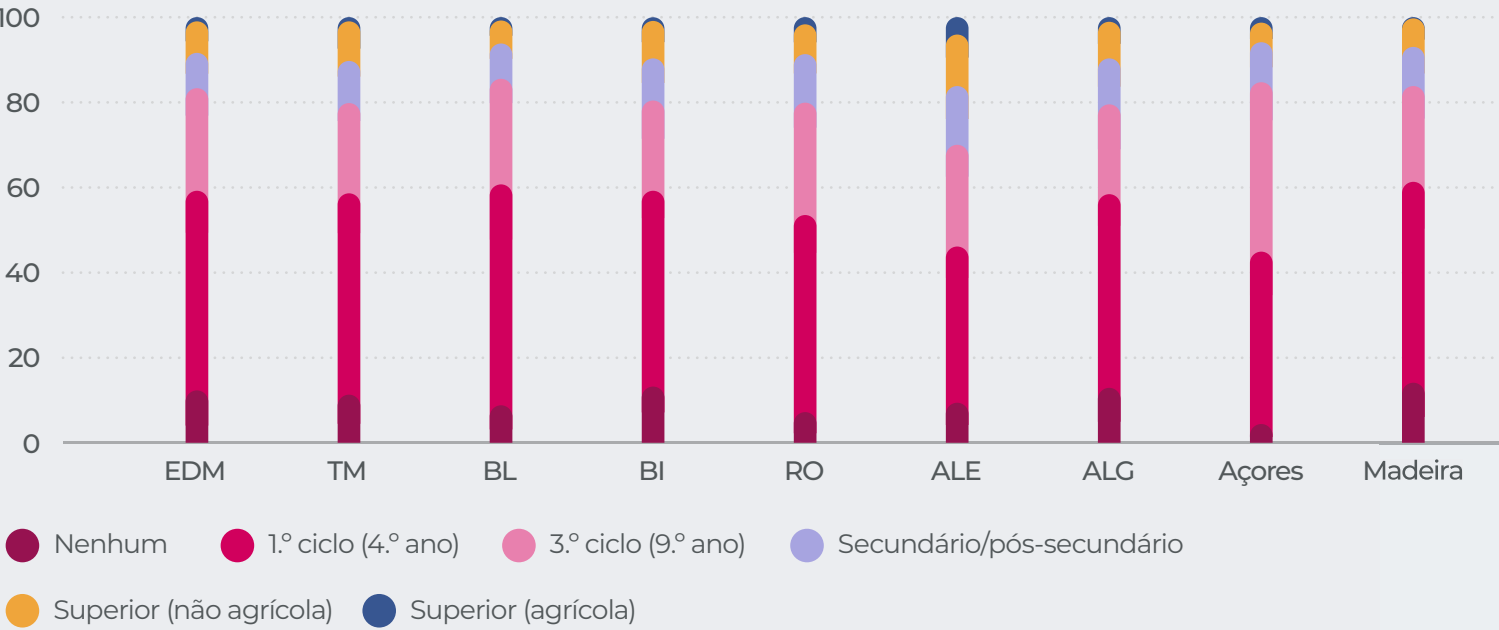
Analisando a distribuição dos produtores singulares por região é de realçar o grande número existente em Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e Beira Litoral. De salientar, neste tipo de gestores agrícolas, o elevado nível de envelhecimento presente em quase todas as regiões do país que, à exceção dos Açores, ronda os 50%, ou em alguns casos, mais de 60%, como é o caso da Beira Interior e do Algarve, como mostra o gráfico que se segue.

Distribuição dos produtores singulares por classes de idade em cada região (%)



Por esse motivo, tem sido apoiada nos vários quadros comunitários quer a formação, quer a instalação de jovens agricultores para a renovação do tecido empresarial agrícola mas, como se pode observar, os resultados neste tipo de gestores não são visíveis.

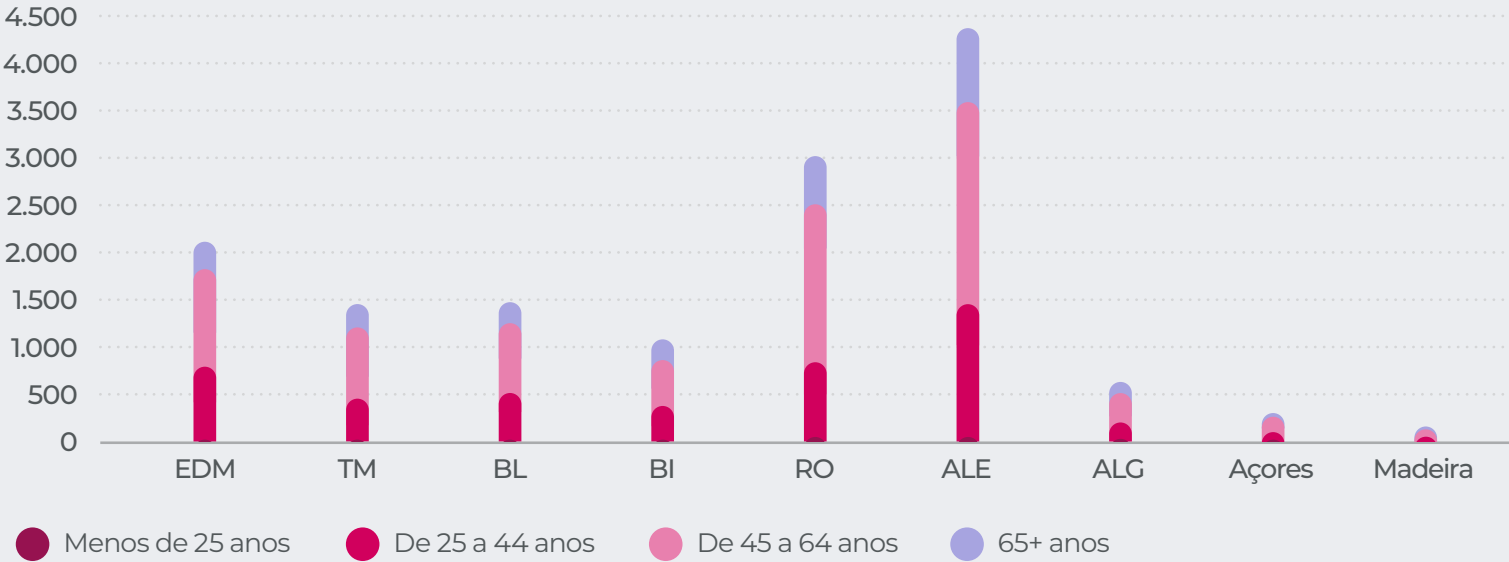
Distribuição dos produtores singulares por tipo de formação em cada região (%)



No que se refere à formação dos produtores em todas as regiões, esta é bastante insuficiente: o ensino superior varia entre 6,2% na Beira interior e 16,2% no Alentejo, sendo que apenas cerca de 14% (Beira Interior) a 29,9% (Alentejo) dos produtores singulares apresentam formação de ensino secundário ou superior, o que se torna muito restritivo para a evolução futura desejável dos desafios da agricultura portuguesa.

A distribuição dos dirigentes das sociedades agrícolas por região denota a grande concentração do movimento da instalação deste tipo de dirigente, sobretudo, no Alentejo, Ribatejo e Oeste e Entre Douro e Minho.

Distribuição dos dirigentes das sociedades agrícolas por classes de idade em cada região (n.º)



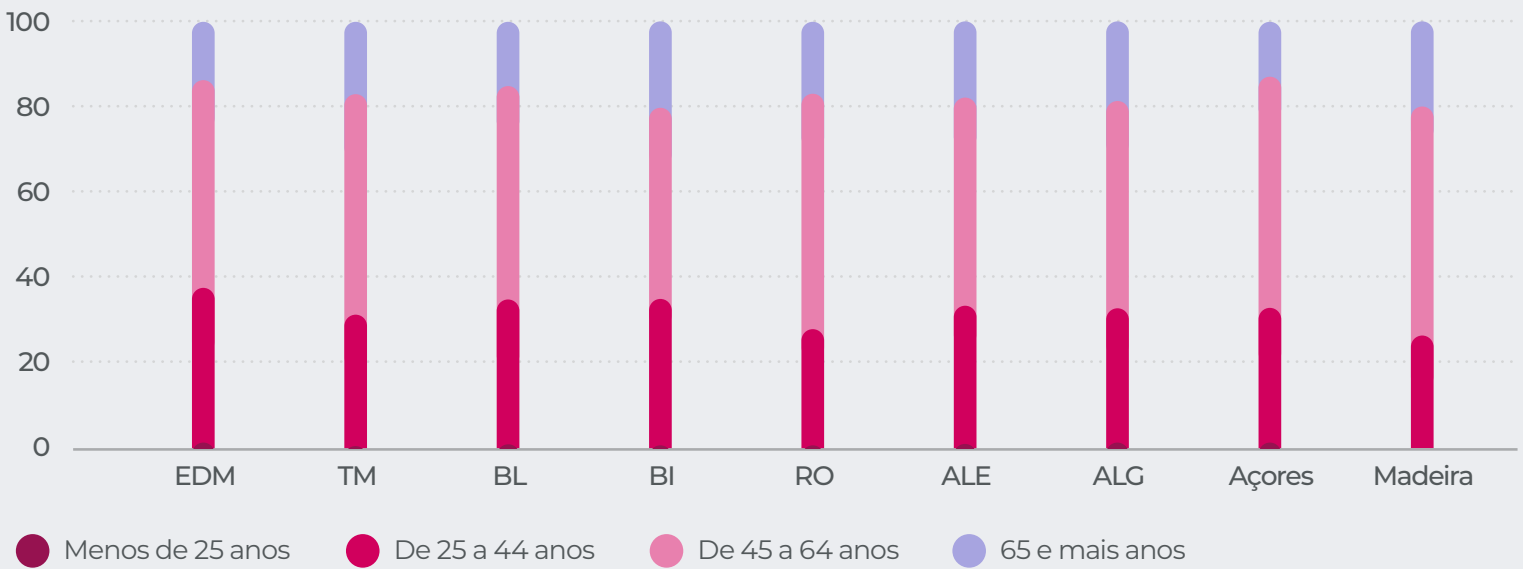
A classe de idade dos dirigentes é bastante uniforme e não varia muito por região, como mostra o gráfico que se apresenta a seguir. Em termos gerais, cerca de um terço dos dirigentes encontra-se na classe etária compreendida entre os 25 e os 45 anos e cerca de metade na classe etária entre os 45 e os 65 anos. Na classe dos dirigentes observa-se uma melhoria no seu rejuvenescimento, pois já há um reforço de dirigentes da classe etária mais jovem.





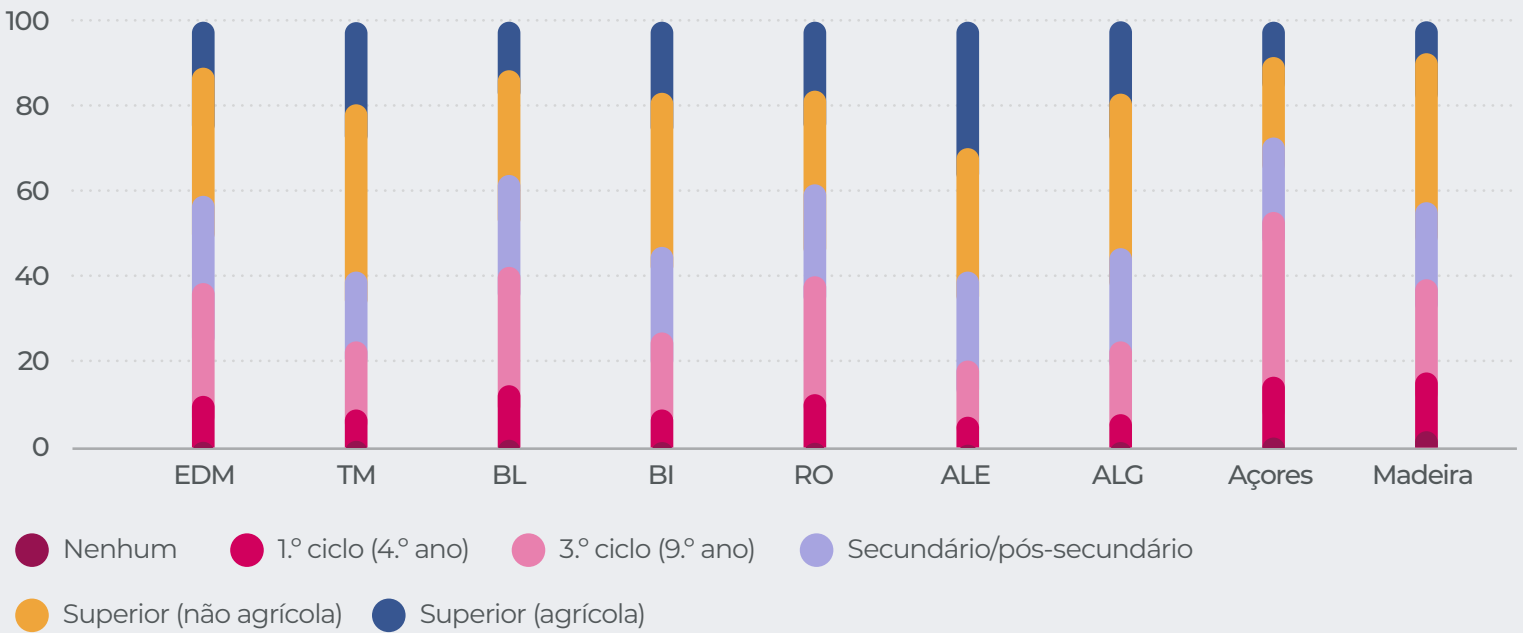
Segundo o RGA de 2019, houve uma variação bastante positiva no número de dirigentes sendo, no entanto, um número relativamente baixo (14.604).

Distribuição dos dirigentes das sociedades agrícolas por classes de idade em cada região (%)



No que se refere à formação dos dirigentes, à exceção da Região Autónoma dos Açores, mais de metade tem o ensino secundário ou superior. Em Trás-os-Montes e no Alentejo, 60% dos dirigentes tem formação superior, na Beira Interior e Algarve, o número chega aos 50% e Entre Douro e Minho e Beira Litoral, o valor é de 40%.

Distribuição dos dirigentes das sociedades agrícolas por tipo de formação em cada região (%)

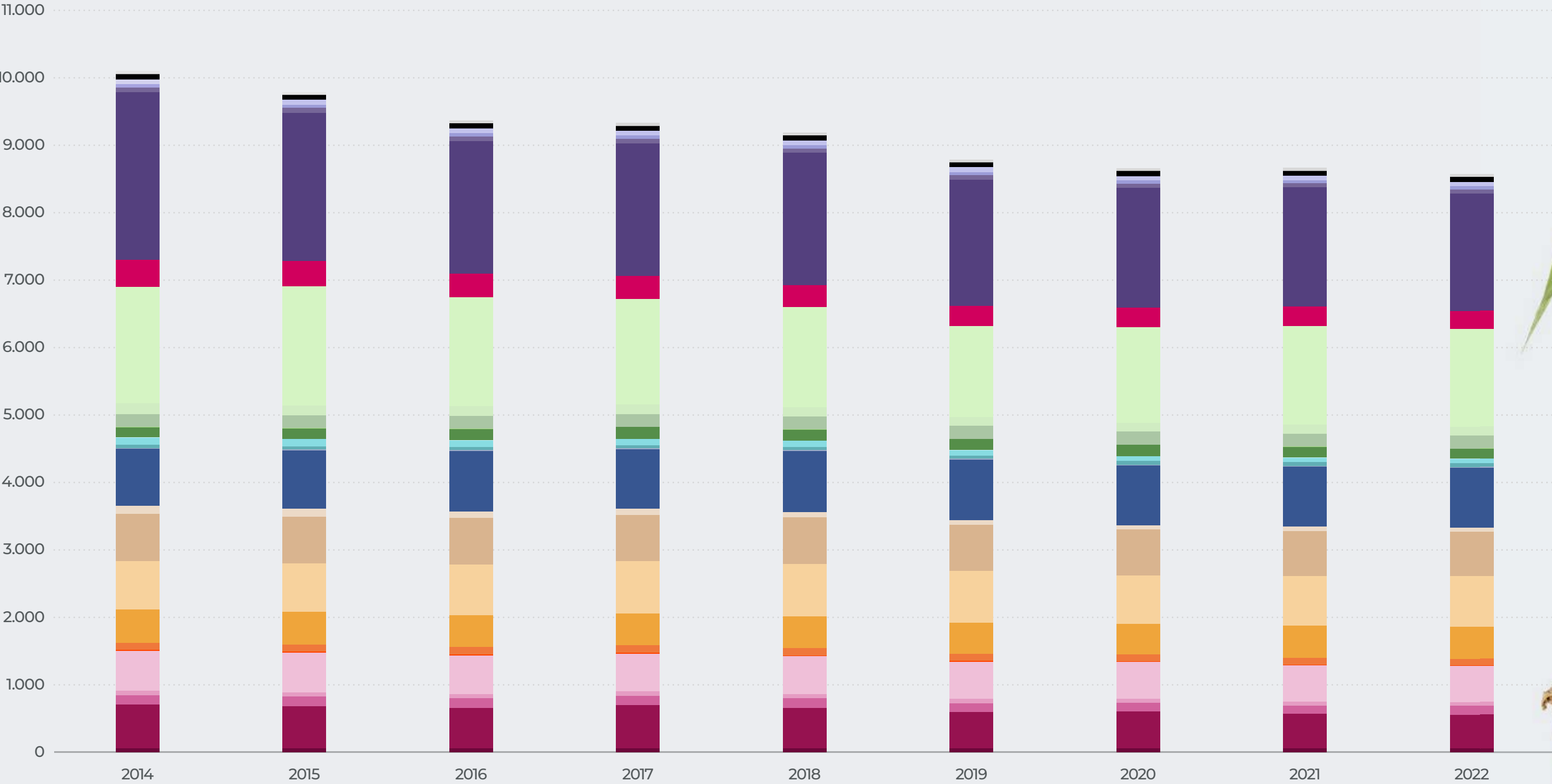




06. Evolução da mão de obra agrícola na União Europeia

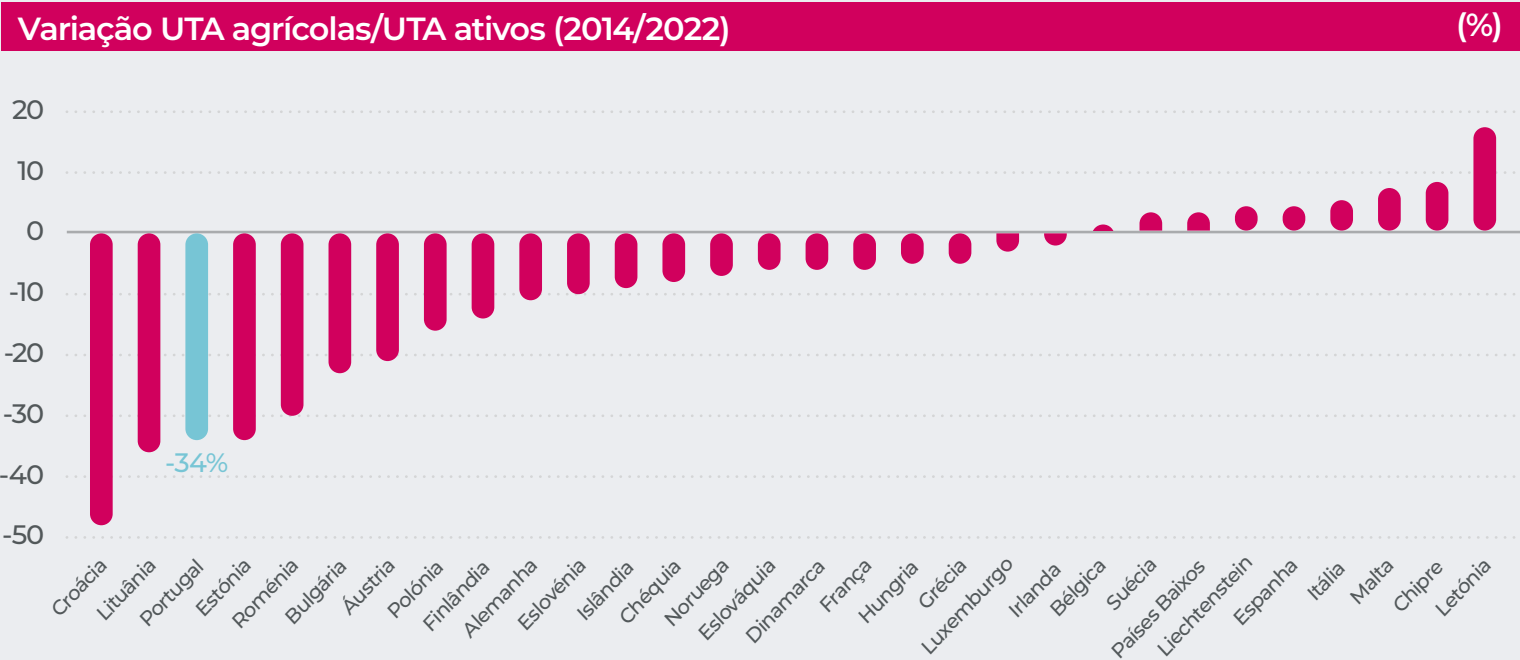
Segundo o Eurostat, a mão de obra agrícola medida em unidade trabalho ano (UTA), era, em 2022, de 8,526 milhões de UTA distribuídos pelos vários países, como poderá ver no gráfico que se segue. A Roménia (1,7 milhões), a Polónia (1,4 milhões) e a Itália (886 mil) são os países com maior volume de mão de obra agrícola em 2022.

A evolução tem sido degressiva, como é natural nos países em desenvolvimento, com a agricultura a evoluir tecnologicamente e sobretudo em alguns países que, tal como Portugal, quando aderiram à União Europeia (UE) tinham ainda uma elevada taxa de população ativa agrícola.

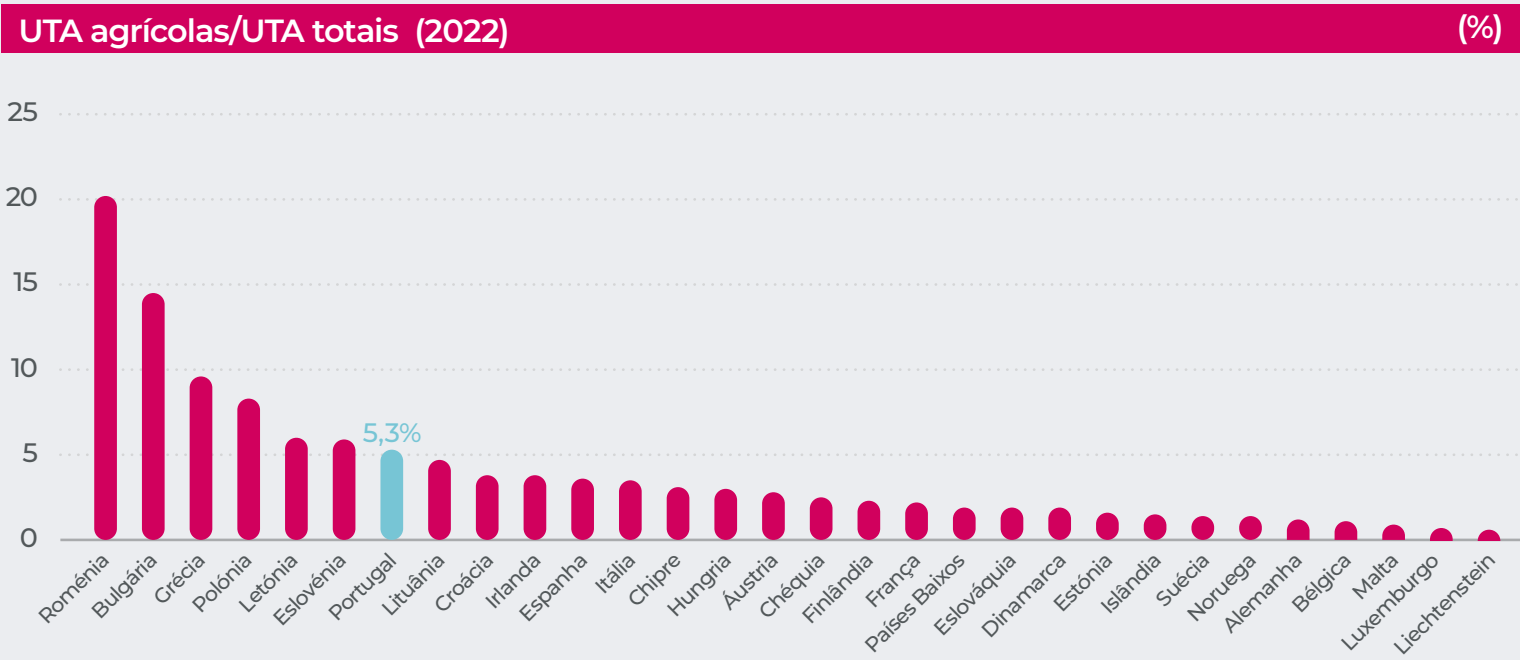


Durante os nove anos analisados, a mão de obra agrícola decresceu 16% no conjunto dos países da UE e, em Portugal, 34%, sendo o terceiro país que registou uma maior diminuição, ficando apenas a Croácia e a Lituânia à sua frente.

Salienta-se que, neste período, existiram alguns países da Europa com alguma inversão na tendência da evolução da mão de obra agrícola como, por exemplo, Espanha e Itália, embora sejam países com taxas de UTA agrícolas/população ativa de 3,6% e 3,5%, respetivamente.



Em 2022, Portugal tinha uma taxa de população ativa agrícola de 5,3%.



07. Conclusões



A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca apresenta uma baixa produtividade aparente do trabalho, sendo 64,5% inferior à média das atividades económicas.

Em termos regionais, existem diferenças significativas na produtividade aparente do trabalho da agricultura, produção animal e caça.

Destacam-se pela positiva as regiões do Oeste e Vale do Tejo, Região Autónoma dos Açores, Alentejo e Península de Setúbal, que se encontram acima da média nacional, e pela negativa as restantes, sendo de salientar negativamente a Região Autónoma da Madeira com 6.749 euros e a Região do Norte com 10.729 euros de produtividade aparente por pessoa ao serviço.

Nos últimos 16 anos, os gastos médios por pessoa em todos os setores de atividade, à exceção do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, tiveram uma evolução positiva em termos reais.

No caso do setor agrícola, produção animal, caça, floresta e pesca, houve uma quebra nos gastos reais por pessoa em 2013, que se manteve até 2016, tendo havido, a partir deste ano, uma ligeira recuperação até 2023, não havendo, contudo, uma recuperação do valor em termos reais desde 2008.

É de salientar ainda que os gastos médios por pessoal ao serviço no setor agrícola, em 2022, são substancialmente inferiores aos restantes setores de atividade, sendo em 2023 de 7802 euros/pessoa, representando 34% do valor das indústrias transformadoras, 44,54% da construção civil, 58,7% do valor do alojamento e restauração, 62,24% do valor gasto na saúde humana e apoio social, 69% dos serviços administrativos e serviços de apoio, sendo, por isso, uma das razões da falta de mão de obra agrícola, para além da dureza relativa das tarefas agrícolas.

A distribuição do número de pessoas por NUTS III e setores de atividade é bastante diferente de acordo com o tipo de NUTS, sendo de realçar as seguintes NUTS III, em que o setor agrícola tem maior representatividade: Alto Tâmega e Barroso, Douro, Trás-os-Montes e as várias NUTS do Alentejo, sendo que a região do Alentejo Litoral é a NUT com maior representatividade, ultrapassando os 30%.

A análise feita à distribuição do tipo de UTA por região permite-nos concluir a importância da agricultura familiar nas regiões do EDM, TM, BL, BI e Açores, com uma representatividade acima de 74%, assim como a grande dependência da mão de obra assalariada nas regiões do ALE, RO e ALG, com maior preponderância na região do Alentejo, onde esta mão de obra e a prestação de serviços representam 68% da mão de obra total.

Analisando a distribuição dos produtores singulares por região é de sublinhar o grande número existente em Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e Beira Litoral, sendo de salientar, neste tipo de gestores agrícolas, o elevado nível de envelhecimento presente em quase todas as regiões do país que, à exceção dos Açores, ronda os 50%, ou, em alguns casos, mais de 60%, como é o caso da Beira Interior e o Algarve.

Por esse motivo, tem sido apoiada nos vários quadros comunitários quer a formação, quer a instalação de jovens agricultores para a renovação do tecido empresarial agrícola mas, como se pode analisar, os resultados neste tipo de gestores não são visíveis.

Quanto à formação dos produtores em todas as regiões, esta é bastante insuficiente. O ensino superior varia entre 6,2% na Beira Interior e 16,2% no Alentejo, sendo que apenas entre 14% (Beira Interior) e 29,9% (Alentejo) dos produtores singulares apresentam formação de ensino secundário ou superior, o que se torna muito restritivo para a evolução futura desejável dos desafios da agricultura portuguesa.

No que se refere à formação dos dirigentes, estes ainda representam apenas 5% da gerência das explorações e estão concentrados no sul do país.

Neste caso, a formação já é bastante mais adequada, à exceção da Região Autónoma dos Açores, mais de metade dos dirigentes tem o ensino secundário ou superior. Em Trás-os-Montes e no Alentejo, onde 60% dos dirigentes tem formação superior, na Beira Interior e Algarve, este número chega aos 50% e nas regiões de Entre Douro e Minho e Beira Litoral, o valor é de 40%.

Portugal foi um dos países da UE que mais decresceu em termos de população ativa agrícola nos últimos nove anos (34%) apresentando, em 2022, 5,4% de população ativa agrícola no total da população ativa.



Perspetiva Nacional



- Baixa produtividade aparente do setor agrícola face aos restantes setores;
- Baixo valor dos gastos médios por pessoal ao serviço face aos restantes setores;
- Perda do valor do salário real ao longo do tempo;
- Elevado número de produtores singulares, sobretudo nas regiões Centro e Norte;
- Baixo nível de formação do produtor singular e elevado envelhecimento;
- Elevada dependência de mão de obra assalariada, eventual e prestação de serviços nas regiões do Alentejo e Oeste;
- Dificuldade de rejuvenescimento da gestão do setor, sobretudo dos produtores singulares;
- Aumento do número de dirigentes com formação adequada, mas que representam apenas 5% das explorações agrícolas;
- Grande dependência da agricultura familiar nas regiões Centro e Norte, sendo necessário adequar de forma mais eficaz as políticas regionais.

LINHAS DE CRÉDITO IFAP CURTO PRAZO

O Crédito de Campanha para a sua produção

Saiba mais em **millenniumbcp.pt**
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas
aqui consigo

Um compromisso social na Beira Interior

A Veracruz é uma produtora de amêndoas que se destaca pela sua atuação sustentável e pelo compromisso com o desenvolvimento social e económico na região onde opera.



Com uma área de cultivo de 1.300 hectares distribuídos entre Fundão e Idanha-a-Nova, na Beira Interior, a empresa tem vindo a consolidar-se como um agente de revitalização local, gerando emprego e promovendo a fixação de população nesta zona de baixa densidade populacional.

Desafios e estratégias para a captação de talentos na área agrícola

O desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas da Veracruz está diretamente ligado ao bem-estar dos colaboradores e à valorização das comunidades locais. Alinhada com os princípios do ESG (*Environmental, Social, and Governance*), a empresa promove um ambiente de trabalho inclusivo e equitativo, criando oportunidades de crescimento profissional e incentivando a integração de talentos.

A localização no interior do país representa um desafio significativo na captação e retenção de mão de obra, uma realidade comum em zonas rurais. A baixa densidade populacional e a migração de profissionais para centros urbanos dificultam a contratação de trabalhadores para funções técnicas e especializadas. Para mitigar esse desafio, a Veracruz tem implementado estratégias atrativas, como incentivos salariais competitivos e programas de desenvolvimento profissional que garantam um futuro sustentável para os trabalhadores na região.

Desde 2017 que a empresa se tem dedicado a criar iniciativas e condições para os colaboradores, com o objetivo de facilitar a sua integração na comunidade local. Atualmente, uma parte significativa já se mudou para a região devido a estas iniciativas, refletindo o impacto positivo das estratégias de captação de talento.

Valorização da qualificação e inovação

A qualificação da mão de obra é um fator determinante para a modernização e eficiência da produção agrícola. A Veracruz tem atraído profissionais qualificados, incluindo engenheiros agrónomos, técnicos especializados e gestores de negócio, contribuindo para a inovação e crescimento sustentável do setor. A incorporação de tecnologia agrícola e a colaboração com investigadores têm sido essenciais para a melhoria contínua das práticas produtivas.

O impacto da Veracruz vai além das propriedades agrícolas, dinamizando a economia local através da criação de empregos indiretos nos setores do comércio, agroturismo e restauração, promovendo um efeito multiplicador que fortalece a comunidade e impulsiona o desenvolvimento sustentável da região.

Contratação responsável e certificação internacional

A produção agrícola da Veracruz envolve diferentes fases ao longo do ano e exige a contratação de mão de obra sazonal, especialmente durante a colheita da amêndoa, entre agosto e outubro. Para garantir um processo de recrutamento ético e transparente, a empresa adotou diretrizes rigorosas de *compliance* laboral, resultando na obtenção de certificações internacionais, como a certificação GRASP (Global G.A.P. Risk Assessment on Social Practice). Esta certificação é de grande importância no setor agrícola, pois assegura que as boas práticas sociais são seguidas, garantindo o respeito pelos direitos dos trabalhadores, condições laborais seguras, remuneração justa e cumprimento das normas de responsabilidade social. Em 2024, a Veracruz atingiu 100% de conformidade da certificação

GRASP, reforçando o seu compromisso com a adoção de práticas laborais éticas e sustentáveis.

Formação e desenvolvimento profissional

O investimento na formação contínua é um pilar fundamental para a qualificação da equipa e para a eficiência operacional da Veracruz. A empresa promove cursos e capacitações especializadas, incluindo formação em agronomia, dinâmicas de grupo e liderança e ações direcionadas para o uso de Inteligência Artificial na otimização de processos agrícolas. Além disso, a formação em práticas de agricultura regenerativa, tecnologias de monitorização de culturas e gestão eficiente da água tem sido reforçada, preparando os trabalhadores para os desafios futuros do setor.

O compromisso da Veracruz com o desenvolvimento sustentável da Beira Interior reflete-se em estratégias que promovem a inovação, a responsabilidade social e o crescimento económico, através da captação e retenção de mão de obra. A valorização do capital humano e a incorporação de novas tecnologias são fundamentais para consolidar a região como uma referência no setor agroalimentar nacional e internacional.



David Carvalho
CEO e Fundador da Veracruz



A mão de obra agrícola no Sudoeste Alentejano

Muito se tem falado dos problemas ligados à mão de obra no SW Alentejano. A maior parte das vezes pelas piores razões.



Este pequeno texto visa repor o problema numa perspetiva mais equilibrada e contribuir para recuperar os danos de uma imagem negativa que se colou ao território.

O problema da mão de obra em Odemira foi por um lado o resultado do próprio sucesso do território e por outro da inércia do Estado, do Município e até de privados que, durante muitos anos, não investiram na região, chegando mesmo a desinvestir nos vários serviços fornecidos.

Enquanto as condições edafoclimáticas iam ganhando notoriedade atraindo investidores nacionais e estrangeiros e com isso atraindo a vinda de trabalhadores nacionais (mais qualificados) e migrantes (mais indiferenciados), não só o Estado e o Município não foram potenciando os serviços necessários de apoio a esse aumento de população como contribuíram, por omissão ou encorajamento, para a ideia de que a agricultura moderna que se instalava no território era negativa e indesejada.

Com isso, deram força à oposição de grupos minoritários, mas muito vocais, muitas vezes completamente alheios à região, que por todas as formas tentaram boicotar o desenvolvimento económico.

Deram também força, com isso, a uma medida maioritariamente hostil à agricultura do futuro, a pretexto da suposta prioridade absoluta que deveria ser dada ao Ambiente.

A este conjunto de fatores mais ou menos estruturais juntaram-se outros, conjunturais como foi o caso da pandemia e da política de portas ilimitadamente abertas à imigração que não fizeram mais do que acentuar o problema que já se vinha avizinando.

De entre as várias carências sentidas, a da habitação foi e é ainda a mais evidente.

A AHSA (Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano) em conjunto com outras entidades locais, lutou desde 2016 pela possibilidade de investir em alojamentos próprios nas quintas dos seus associados.

Ainda que provisórios, eles obedeciam a um projeto cuidado garantindo um conforto e dignidade que grande parte da população rural e urbana portuguesa, ainda hoje gostaria de ter e não tem.

Apesar disso, e apesar de mais de 80% desse investimento ser feito pelos agricultores, os obstáculos sucederam-se levando a que tardassem duas resoluções de conselhos de ministros e cerca de 6 anos, até conseguirmos alojar condignamente cerca de 2000 trabalhadores com um investimento aproximado de 10 milhões de euros, estando em marcha a construção de alojamentos para mais 1000 trabalhadores.

Ou seja, quando o País começa agora, finalmente, a discutir a necessidade de as entidades patronais dos vários setores se responsabilizarem

pelo alojamento da população migrante de que necessitam para as suas atividades económicas, já a denegrida classe patronal agrícola do sudoeste alentejano há muito tomou o assunto nas suas mãos. Só não o fez em maior escala e mais depressa porque a teia burocrática instituída, atávica ou deliberada, tudo fez para retardar a solução deste problema.

Tentemos, no entanto, limitar os queixumes e olhar construtivamente para o futuro.

Que mais pode ser feito para resolver este problema?

- 1) Estruturalmente deverão ser criadas condições (revisão dos PDM e da lei dos solos) para que privados e municípios aumentem a oferta de casas. Pela natureza destas questões, é óbvio que tardaremos pelo menos 10 anos até que a oferta seja por esta via significativamente aumentada.
- 2) Quanto à construção de alojamentos temporários nas quintas, não só o processo de licenciamento e aprovação deve ser amplamente facilitado, como o tempo permitido para a sobrevivência dessas instalações deve ser significativamente alargado, sob pena de esse investimento não acontecer.
- 3) Por fim, é urgentíssimo legislar permitindo a construção (ou adaptação) em meio urbano de alojamentos coletivos para trabalhadores temporários, a partilhar entre as várias entidades económicas da região – agricultura, construção, turismo – que em tempo útil e muito mais rapidamente permitirão alojar com a vantagem da integração nos meios urbanos da região, milhares de trabalhadores de que continuamos a necessitar.

Não só é fácil copiar e adaptar este tipo de legislação que em Espanha existe desde 2002 e que já fizemos chegar ao Governo, como é também evidente que existem investidores interessados na construção deste tipo de unidades, com benefício próprio, dos trabalhadores e da economia da região.

São muito mais vastos os problemas que o Sudoeste Alentejano tem por resolver. O da água assume obviamente especial relevância. Propomos deixar esse tema para um próximo número destas *Newsletters*.

O exposto acima, relativamente à temática da habitação, em conjunto com a esperada regulação mais ordenada das entradas de migrantes, serão já um passo importante para a reabilitação mais do que justa da imagem de uma região cuja produção, ainda longe de atingir o seu potencial, representa já hoje cerca de 15% das exportações de frutas, legumes e flores de todo o País.



Luís Mesquita Dias
Presidente da Direção da AHSA
(Associação de Horticultores
do Sudoeste Alentejano)



PORTUGAL 2030

“Ir com tudo”

É agora. Passe das palavras à ação.



Conte com o Millennium na candidatura ao Portugal 2030 e aumente a competitividade, inovação e sustentabilidade da sua empresa.

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas



CANDIDATURAS
ABERTAS

Período de Candidaturas

até 15 de maio de 2025

Cultivamos o desenvolvimento, apoiamos o Futuro

Já abriu o período de Candidaturas do Pedido Único das Ajudas 2025

Obtenha a sua Simulação no Millennium

O Ministério da Agricultura e Pescas, através do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), I.P., já publicou o calendário das candidaturas ao Pedido Único das Ajudas para o ano 2025 (PU 2025).

No Millennium bcp desenvolvemos um Simulador para fazer o cálculo das suas Ajudas. Temos também Protocolos com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) para aconselhá-lo, certificando qual o montante aproximado a receber.

O calendário previsto pelo Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP) para 2025 é o seguinte:

FORMULÁRIOS	INÍCIO	FIM
Pedido Único (sem penalização)	17.02.2025	15.05.2025
Pedido Único (com penalização)	16.05.2025	31.05.2025
Transferências de Direitos e Compromissos	17.02.2025	31.05.2025
Pedido Único – Alterações/Correções por SVC/CAD	25.08.2025	12.09.2025

A apresentação do Pedido Único sem penalização decorre até 15 de maio. Contudo, é possível fazer a apresentação tardia durante mais 15 dias, ou seja, até 31 de maio, mas com penalização de 1% por dia útil, de acordo com o disposto no artigo 23.º da Portaria n.º 54-L/2023.

Os pedidos de pagamento dos Prémios à Manutenção e dos Prémios por Perda de Rendimento, no âmbito da Medida da Floresta das Terras Agrícolas – RURIS, bem como os Projetos de Arborização instalados ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 2080/92, podem ser submetidos até ao último dia, sem aplicação de qualquer penalização.

A apresentação do PU 2025 pode ser efetuada diretamente pelo Beneficiário na Área Reservada do Portal do IFAP, em O Meu Processo » Candidaturas » Pedido Único (PU) » Entregar/Alterar/Consultar, ou através das Entidades Reconhecidas, numa das Salas de Atendimento existentes para o efeito.

Para manter a informação atualizada nas bases de dados do IFAP, é aconselhável a verificação antecipada da informação de Beneficiário (IB) e da sua Exploração, nomeadamente as suas parcelas (SIP) e os seus animais (SNIRA), se aplicável.

Para o esclarecimento de qualquer dúvida, poderá contactar o IFAP, através do endereço de e-mail: ifap@ifap.pt

Aproveite esta oportunidade e domicilie as suas Ajudas numa conta aberta junto do Millennium bcp. Fazemos a antecipação dos seus pagamentos e apoiamos a tesouraria da sua exploração.



IFAP | Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

PEÇA A SIMULAÇÃO DAS AJUDAS DO PEDIDO ÚNICO PARA 2025

Descubra as ajudas que pode colher

Com o simulador do Millennium bcp, já é possível **saber antecipadamente qual o montante que irá receber de Ajudas do Pedido Único 2025.**

Contacte o seu Gestor Comercial e peça a simulação do seu apoio bastando apenas, para isso, facultar a informação do seu registo anual feito no Portal do IFAP.

Saiba mais em **millenniumbcp.pt**

Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas
aqui consigo

Millennium bcp, Banco Oficial da Ovibeja

Reforço do compromisso na 41.ª edição

A Ovibeja está de regresso. Entre 30 de abril e 4 de maio, o certame regressa e celebra 41 anos de existência. A sua comissão organizadora, a ACOS (Associação de Agricultores do Sul), está a preparar um grande evento, sob o lema “+ AGRICULTURA + FUTURO”.

Partindo de uma essência originalmente de agropecuária e com base no setor agroalimentar, a Ovibeja progrediu com a participação ativa de todos os setores da sociedade, sendo atualmente um evento que vai muito para além da montra e das fronteiras do desenvolvimento económico, social e cultural da região. É verdadeiramente um caso de sucesso, sendo uma feira que se consolidou e posicionou como líder nos setores agrícola e comercial em Portugal.

Compromisso reforçado

O Millennium bcp será, pelo segundo ano consecutivo, Banco Oficial deste certame, reforçando e ampliando assim o compromisso com o setor primário e com a marca Ovibeja. Nesta 41.ª edição, o Millennium bcp estará instalado com a maior representação de sempre, no Parque de Feiras e Exposições de Beja Manuel de Castro e Brito, com um *stand* localizado no Pavilhão Institucional e com uma tenda multifunções situada na avenida principal do recinto.

Por isso, só há um caminho: Vamos Juntos!

Banco oficial do melhor que se faz no Alentejo

Para além de estar na **Ovibeja como Banco Oficial**, o Millennium bcp está também oficialmente ao lado do setor primário.

Visite-nos de 30 de abril a 4 de maio e conheça todas as soluções **Agro Millennium**.

Millennium
bcp

BANCO OFICIAL

OVI3EJA



Millennium
bcp

aqui consigo

Saiba mais em **millenniumbcp.pt**

Banco Comercial Português, S.A.

A informação contida nesta newsletter tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim, e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta newsletter foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. (“Millennium bcp”). As perspetivas e tendências indicadas nesta newsletter correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta newsletter. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta newsletter, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta newsletter, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta newsletter não é permitida sem autorização prévia.



91 850 45 04 • 93 050 45 04 • 96 150 41 26 (chamada para rede móvel nacional) • + 351 21 004 24 24
(chamada para rede fixa nacional) • Atendimento personalizado disponível todos os dias das 08h às 22h, hora de Portugal Continental.
O custo das comunicações depende do tarifário acordado com o seu operador. Banco Comercial Português, S.A.; Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto;
Capital Social: 3.000.000.000 euros; Número único de matrícula e de identificação fiscal: 501525882 (Conservatória do Registo Comercial do Porto).